

**EDITAL**

PROCESSO Nº: 1836/2025

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO

<b>PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026</b>	<b>Data de Abertura: 09/02/2026</b> <b>Horário: 10h00min (horário de Brasília) Plataforma eletrônica: <a href="http://www.licitanet.com.br">www.licitanet.com.br</a></b>
--------------------------------------	---

<b>Unidade Contratante:</b>	<b>Administração - Prefeitura de Arraial do Cabo/RJ</b>
-----------------------------	---

<b>Objeto</b>			
Pregão Eletrônico para futura e eventual contratação de empresa habilitada em <b>INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, AUTORIZADA PELO BANCO CENTRAL, ATRAVÉS DE PREGÃO ELETRÔNICO, DO TIPO MAIOR LANCE GLOBAL PARA PRESTAÇÃO DE FORMA EXCLUSIVA, DOS SERVIÇOS REFERENTES À CENTRALIZAÇÃO, AO PROCESSAMENTO E AO GERENCIAMENTO DOS CRÉDITOS PROVENIENTES DA FOLHA DE PAGAMENTO SALARIAL DOS SERVIDORES E FUNCIONÁRIOS ATIVOS, INATIVOS, PENSIONISTAS E OUTROS BENEFICIÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA (AUTARQUIAS), DO MUNICÍPIO DE ARRAIAL DO CABO E DEMAIS SERVIÇOS BANCÁRIOS DE FORMA NÃO EXCLUSIVA PARA ATENDER AS DEMANDAS ORIUNDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E AUTARQUIAS DE ARRAIAL DO CABO – RJ.</b>			
<b>Valor estimado</b>			
<b>R\$ 15.787.911,86 (quinze milhões, setecentos e oitenta e sete mil, novecentos e onze reais e oitenta e seis centavos)</b>			
<b>Registro de Preços?</b>	<b>Vistoria</b>	<b>Modo de disputa</b>	<b>Critério de Julgamento</b>
Não	Não	Aberto	<b>MAIOR LANCE</b>
<b>Itens Exclusivos para ME/EPP?</b>	<b>Itens com Cota Reservada para ME/EPP?</b>	<b>Exigência de Amostra?</b>	<b>Participação de Consórcio</b>
Não	Não	Não	Sim

<b>Intervalo mínimo de diferença monetária entre lances</b>
<b>01% (um por cento) do respectivo valor</b>

<b>Pregoeiro</b>
<b>Sr. Hélio Fernando Mozart Gimenez (portaria nº 510/2025, de 03 de fevereiro de 2025)</b>

<b>Fundamento Legal</b>
<b>Lei Federal nº 14.133/21, Decreto 4.483/25 e demais legislações pertinentes</b>

<b>Observações Gerais:</b>
1) O Edital e outros anexos estão disponíveis para download no Portal de Compras do Licitanet e também no Portal da Transparência, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo/RJ: <a href="http://www.arraial.rj.gov.br">http://www.arraial.rj.gov.br</a> . 2) Os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acessarem os sites <a href="http://www.arraial.rj.gov.br">www.arraial.rj.gov.br</a> e <a href="http://www.licitanet.com.br">www.licitanet.com.br</a> , para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos.

---

## Sumário

1. DO OBJETO .....	1
2. DO VALOR.....	2
3. DA PARTICIPAÇÃO.....	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E LANCES – MODO DE DISPUTA ABERTO.....	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO .....	12
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	14
9. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO .....	16
10. DA GARANTIA.....	17
11. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.....	17
12. DO PAGAMENTO .....	17
13. DA REVISÃO DOS PREÇOS .....	17
14. DOS RECURSOS.....	19
15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	20
16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	23
17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	23
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA .....	24
ANEXO II – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	24
ANEXO III– MODELO DE DECLARAÇÃO .....	24
ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA .....	24
ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO .....	24



## 1. DO OBJETO

1.1 - O objeto da presente licitação é **Pregão Eletrônico** para futura e eventual contratação de empresa de **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, AUTORIZADA PELO BANCO CENTRAL, ATRAVÉS DE PREGÃO ELETRÔNICO, DO TIPO MAIOR LANCE GLOBAL PARA PRESTAÇÃO DE FORMA EXCLUSIVA, DOS SERVIÇOS REFERENTES À CENTRALIZAÇÃO, AO PROCESSAMENTO E AO GERENCIAMENTO DOS CRÉDITOS PROVENIENTES DA FOLHA DE PAGAMENTO SALARIAL DOS SERVIDORES E FUNCIONÁRIOS ATIVOS, INATIVOS, PENSIONISTAS E OUTROS BENEFICIÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA (AUTARQUIAS), DO MUNICÍPIO DE ARRÁIAL DO CABO E DEMAIS SERVIÇOS BANCÁRIOS DE FORMA NÃO EXCLUSIVA PARA ATENDER AS DEMANDAS ORIUNDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E AUTARQUIAS DE ARRÁIAL DO CABO – RJ**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 - O critério de julgamento adotado será o **MAIOR LANCE GLOBAL**, observadas as exigências contidas no presente Edital e seus anexos.

1.3 - Havendo qualquer discordância quanto às especificações deste Edital e a ao Termo de Referência, **prevalecerá a do Termo de Referência**.

## 2. DO VALOR

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL MÉDIO
1	01	SERVIÇO	Contratação de Instituição Financeira, autorizada pelo Banco Central, para prestação, de forma exclusiva, dos serviços referentes à centralização, ao processamento e ao gerenciamento dos créditos provenientes da folha de pagamento salarial dos servidores e funcionários ativos, inativos, pensionistas e outros, beneficiários da Administração Direta e Indireta (Autarquias) do município de Arraial do Cabo/RJ, para operar sem exclusividade em caráter preferencial, os serviços de arrecadação, cobrança bancária, movimentação financeira e pagamento de credores e fornecedores; e possibilitar, sem exclusividade, os serviços de concessão de Crédito Consignado aos servidores, pelo prazo de 60(sessenta) meses, e conforme demais especificações contidas no Termo de Referência.	R\$ 15.787.911,86
<b>VALOR TOTAL R\$ 15.787.911,86</b> <b>(quinze milhões, setecentos e oitenta e sete mil, novecentos e onze reais e oitenta e seis centavos)</b>				

## 3. DA PARTICIPAÇÃO



3.1- Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema do Licitanet ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)).

3.1.1- Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2- A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2.1- É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3- A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5 - Não poderão disputar esta licitação:

3.6 - aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7 - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

3.7.1- Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

3.7.2- Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

3.7.3- aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.7.4- Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

3.7.5- Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.7.6- Agente público do órgão ou entidade licitante;



3.7.7- pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.8- Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.9- Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7.10- A vedação de que trata o item 3.7.2 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**4.1 - Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances de julgamento.**

4.2 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o maior lance, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1- Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

4.3.2- Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#).

4.3.3- Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#).

4.3.4- Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.3.5- O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.3.6- Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.3.7- Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

~~4.3.8- Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos~~



licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.3.9- Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.3.10- A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.3.11- Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.3.12- O valor final mínimo no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.3.13- Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.3.14 Menor preço inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.3.15- O valor final mínimo, possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.3.16- Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente de perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.3.17- O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos, conforme o caso:

5.1.1 - Valor unitário e total do item/lote ou desconto percentual, conforme o caso.

5.1.2 - Quantidade.

5.1.3 - marca, fabricante (não se aplica a serviço).

5.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1 - Não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao previsto para contratação, salvo se devidamente expresso no Termo de Referência.

5.3 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4 - Os **valores ofertados**, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



- 5.5 - Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.
- 5.6 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8 - O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta) dias**, contar da data de sua apresentação.
- 5.8.1 - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.8.2 - Caso o critério de julgamento seja preço por item o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.
- 5.9 - O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E LANCES – MODO DE DISPUTA ABERTO**

- 6.1- A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital.
- 6.1.1 - Fica adotado o modo de disputa aberto para a presente Licitação.
- 6.2 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5 - O lance deverá ser ofertado conforme critério de julgamento indicado no quadro constante no preâmbulo deste Edital.
- 6.6 - O critério de julgamento para a presente contratação será o de **MAIOR LANCE GLOBAL**.
- 6.6.1.2. O licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor da oferta, levado a efeito para a fase de lances.
- 6.7 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para



abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.8 - O licitante somente poderá oferecer **maior lance global** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.9 - O intervalo mínimo de diferença percentuais entre os lances, que incidirá tanto e relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **01%** (um por cento).

6.10 - O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.9.2 - Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.9.3 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.9.4 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.9.5 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.9.6 - Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.9.7 - Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.10 - Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.10.2 - A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.10.3 - Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.10.4 - No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.10.5 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.10.6 - Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.11 - Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e



divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.12 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.13 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.14 - No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.15 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.16 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.16.2 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.16.2.1 - Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

6.16.2.2 - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei.

6.16.2.3 - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.

6.16.2.4 - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.16.3 - Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.16.3.1 - Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.

6.16.3.2 - Empresas brasileiras.

6.16.3.3 - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

6.16.3.4 - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.17 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.17.2 - A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.17.3 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.3.1 - O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.17.4 - O agente de contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de



2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.17.5 - É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.18 - Após a negociação do preço, o agente de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 - Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

7.1.2 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3 - Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3 - Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.4 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.5 - O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.6 - Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**7.7 - Será desclassificada a proposta vencedora que:**

7.8.1- Contiver vícios insanáveis.

7.8.2- Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.

7.8.3- Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.

7.8.4- Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

7.8.5- Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8 - No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9.1- A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.9.1.1-Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.1.2-Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9.1.3- Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma



que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1- Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1- A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeiro, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2- Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3- Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4- Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1- Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento), salvo se houver justificativa nos autos para suprimir esse acréscimo para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.1 - Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia devidamente autenticada ou qualquer outro meio admitido pela Administração pública.

8.2 - Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto no Art. 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.3 - Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.4 - Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.5 - O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.6 - A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.6.1-Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.7 - É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.7.1- A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.8 - A verificação pelo agente de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9 -Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.9.1- A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.9.1.2- Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.9.1.3- Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.9.1.4- complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.9.1.5- atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.9 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.10 - Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.9.

8.11 - Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

## **9. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**



9.1 - Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá adjudicar o objeto e homologar a licitação, podendo revogar a licitação nos termos do art. 71, IV, da Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

9.1.1 - O certame apenas será homologado/adjudicado para as pessoas jurídicas que atuarem no ramo de atividade compatível com o objeto da licitação.

9.2 - Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da IN nº 03, de 26/04/2018

9.3 - Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital e seus anexos.

9.4 - Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, que deverá ser mantida pelo licitante durante toda vigência do contrato.

9.5 - Quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o Contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

9.6 - A recusa injustificada em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas, sendo que este disposto se aplica inclusive aos licitantes remanescentes, que não aceitarem a convocação, sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

## **10. DA GARANTIA**

10.1 - Não haverá exigência da garantia de execução para a presente contratação, conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I.

## **11. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

11.1 - Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e da fiscalização estão previstos no Termo de Referência – Anexo I.

## **12. DO PAGAMENTO**

12.1 - O pagamento será efetuado à contratada conforme regras estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I.

## **13. DA REVISÃO DOS PREÇOS**

13.1 - Os preços registrados poderão ser alterados por ocasião de sua atualização periódica anual,



voltada à manutenção da conformidade dos valores com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

13.2 - Os preços registrados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarrete modificação significativa e suficiente a alterar o custo de fornecimento dos bens e inviabilize a execução tal como pactuado, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto aos beneficiários do registro de preços, observado o procedimento regulamentado pelo competente Decreto Municipal 4.483/25 e a Lei Federal 14133/21.

13.3- Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

13.4- O pedido de revisão dos preços poderá ocorrer a qualquer tempo.

13.5- O pedido, devidamente instruído com provas que evidenciem a necessidade da revisão de preço, deverá ser endereçado ao Fiscal do Contrato ou documento equivalente, com identificação do instrumento a que se refere.

13.6- Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

13.7 Somente será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do preço registrado se configurada e comprovada a hipótese prevista no art. 124, II, “d”, da Lei n. 14.133/2021.

13.8 Não será apreciado o pedido de revisão de preços que não vier acompanhado de provas de desequilíbrio sofrido.

## **16. DOS RECURSOS**

16.1.1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.1.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

16.2 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

16.3 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

16.4 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

16.5 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

16.6 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

16.7 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.8 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



16.9 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

16.10 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.11 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.12 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.arraial.rj.gov.br/>, em seu Portal da Transparência.

#### **18.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

18.1 - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

18.2 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

18.3 - A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail: [compras.licitacao@arraial.rj.gov.br](mailto:compras.licitacao@arraial.rj.gov.br).

18.4 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

18.4.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

18.5 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

18.5.1- Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

18.5.2 - Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

18.5.3 - Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

18.5.4 - Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

18.5.5 - Deixar de apresentar amostra, se for o caso;

18.5.6 - Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

18.6 - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

18.7 - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

18.8 - Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

18.9 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

18.10 - Fraudar a licitação e ato fraudulento na execução do contrato.

18.11 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

18.11.1 - Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

18.11.2 - Induzir deliberadamente a erro no julgamento;



- 18.11.3 - Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 18.11.4 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 18.11.5 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

## **19.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 19.1 - Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 19.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 19.3 - **Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.**
- 19.4 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 19.5 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 19.6 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 19.7 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 19.8 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 19.9 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 19.10 - O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.arraial.rj.gov.br/>.
- 19.11 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

ANEXO III– MODELO DE DECLARAÇÃO

ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA

V – MINUTA DE CONTRATO



Arraial do Cabo, 19 de janeiro de 2026.

---

Diogo dos Santos Moraes  
Secretário Municipal de Compras e  
Licitações



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

# TERMO DE REFERÊNCIA

**CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, autorizada pelo Banco Central, através de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MAIOR LANCE GLOBAL para prestação, de FORMA EXCLUSIVA, dos serviços referentes à centralização, ao processamento e ao gerenciamento dos créditos provenientes da folha de pagamento salarial dos servidores e funcionários ativos, inativos, pensionistas e outros, beneficiários da Administração Direta e Indireta (Autarquias) do município de Arraial do Cabo/RJ e demais serviços bancários de forma não exclusiva**

**Versão 2.2**

**Data de Elaboração: 01/2026**



## ÍNDICE

### **1 DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

- [Do Objeto](#)
- [Do quadro descritivo dos itens](#)
- [Da Classificação](#)
- [Do Prazo de vigência](#)

### **2 DA JUSTIFICATIVA, DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

- [Da Justificativa](#)
- [Da Fundamentação](#)
- [Da Necessidade](#)

### **3 DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

### **4 DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- [Do Detalhamento e Especificação do Objeto](#)
- [Da Sustentabilidade](#)
- [Do Prazo de Garantia, Manutenção e Assistência técnica](#)
- [Da Exigência de amostra](#)
- [Da Indicação de Marcas e Adequação ao Catálogo de padronização](#)

### **5 DO MODELO DE EXECUÇÃO, ENTREGA, RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

### **6 DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- [Da subcontratação](#)
- [Da rescisão](#)
- [Da garantia](#)
- [Do Atendimento à LGPD](#)
- [Dos casos omissos](#)
- [Das alterações](#)

### **7 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

### **8 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

### **9 DAS VEDAÇÕES À CONTRATADA**

### **10 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

### **11 DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

### **12 DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, PAGAMENTO E REAJUSTE**

- [Do Reajuste](#)

### **13 DA PESQUISA DE PREÇOS E VALOR ESTIMADO**

### **14 DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

### **15 DA FORMA E DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO**

- [Do Quadro de Identificação dos Critérios de Seleção](#)
- [Dos documentos de habilitação](#)
- [Da exclusividade para ME/ EPP](#)

### **16 DO FORO E DISPOSIÇÕES GERAIS**

- [Do Foro](#)
- [Das Disposições Gerais](#)

### **17 DO CONTROLE DE ELABORAÇÃO E REVISÃO**

### **18 DA APROVAÇÃO**

### **19 DOS ANEXOS**



## 1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

### 1.1. Do Objeto

1.1.1. Pregão Eletrônico, do tipo MAIOR LANCE GLOBAL, para contratação de Instituição Financeira, autorizada pelo Banco Central, para prestação dos serviços de:

1.1.1.1. **De forma exclusiva**, dos serviços referentes à centralização, ao processamento e ao gerenciamento dos créditos provenientes da folha de pagamento salarial dos servidores e funcionários Efetivos, Contratados, Comissionados, Inativos, Aposentados e Pensionistas dos órgãos da administração direta e indireta (autarquias) do Município de Arraial do Cabo/RJ;

1.1.1.2. **Para operar sem exclusividade em caráter preferencial**, os serviços de arrecadação, cobrança bancária, demais serviços bancários, movimentação financeira e pagamento de credores e fornecedores;

1.1.1.3. **E possibilitar, sem exclusividade**, os serviços de concessão de Crédito Consignado aos servidores.

1.1.1.3.1. A instituição financeira contratada estará habilitada a conceder crédito consignado aos servidores da administração direta e indireta enquanto perdurar a vigência contratual.

1.1.2. O Objeto **abrangerá os servidores atuais e os admitidos durante o prazo de execução do contrato.**

1.1.3. O serviço será prestado em âmbito nacional.

1.1.4. Oportunizar para a Instituição Financeira CONTRATADA instalar, no prazo de até **120 (cento e vinte) dias**, a contar da data de assinatura do contrato, uma rede de atendimento com pelo menos:

1.1.4.1. **01 (uma) agência bancária** da CONTRATADA dentro do território do Município de Arraial do Cabo/ RJ;

1.1.4.2. **01 (um) Posto de Atendimento Bancário (PAB) com autoatendimento (ATM)**, em cada distrito do Município de Arraial do Cabo/RJ, com o intuito de melhor atender democraticamente as necessidades dos servidores;

1.1.4.3. A instituição financeira contratada poderá a seu critério, realizar a instalação de mais PAB's e/ou caixas eletrônicos sem ônus adicional.



1.1.4.4.Caso seja necessário espaço para instalação PAB's com ATM em imóveis da Prefeitura de Arraial do Cabo/RJ, a Contratada terá o direito a pleitear junto à Prefeitura.

**1.2. Do quadro descritivo dos itens, quantidades e valor estimado da contratação:**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND MED	QTD	VALOR ESTIMADO
01	Contratação de Instituição Financeira, autorizada pelo Banco Central, para prestação, de forma exclusiva, dos serviços referentes à centralização, ao processamento e ao gerenciamento dos créditos provenientes da folha de pagamento salarial dos servidores e funcionários ativos, inativos, pensionistas e outros, beneficiários da Administração Direta e Indireta (Autarquias) do município de Arraial do Cabo/RJ, para operar sem exclusividade em caráter preferencial, os serviços de arrecadação, cobrança bancária, movimentação financeira e pagamento de credores e fornecedores; e possibilitar, sem exclusividade, os serviços de concessão de Crédito Consignado aos servidores, pelo prazo de 60(sessenta) meses, e conforme demais especificações contidas no Termo de Referência.	SERV	01	R\$ ██████████

**1.3. Da Classificação**

11.1.3.1. O objeto desta contratação é caracterizado como serviço comum, pois possui padrão de desempenho e qualidade passíveis de definição objetiva, por meio de especificações usuais do mercado, nos termos do art. 6º, inciso XLI, art. 29 c/c art. 17 da Lei Federal nº 14.133/2021, e Decreto Municipal nº 4.483/2025;

12.1.3.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021, que regulamenta o enquadramento de artigos comuns nas categorias de qualidade comum e não de luxo, conforme o art. 20 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**1.4. Do Prazo de vigência**

1.4.1. O prazo de vigência do Contrato será por um período de 60 (sessenta) meses a contar da data da sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/ 2021, prorrogável e em acordo aos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, se mantidas as condições da contratação e assegurada a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro.

1.4.1.1. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.4.2. Poderá ser realizada a prorrogação, por igual período, até o limite de 120 (cento e vinte) meses, e desde que:

1.4.2.1. Realizado novo pagamento pela CONTRATADA com o valor contratado corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado;

1.4.2.2. Comprovada a prorrogação da contratação como opção mais vantajosa para a



Administração;

1.4.2.3. E conforme atendimento de demais procedimentos estabelecidos no Art. 107 e possibilitado no Art. 110 da Lei 14.133/2021.

## **2. DA JUSTIFICATIVA, DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

### **2.1. Da Justificativa**

Tal contratação justifica-se pela necessidade da Administração em:

2.1.1. Dinamizar a execução financeira das políticas públicas, através da centralização dos pagamentos aos servidores em uma única instituição financeira, devendo a mesma ser priorizada para o caso dos fornecedores, pois uma gestão unificada dos recursos financeiros é mais prática e ágil, uma vez que possibilita a integração de sistemas computacionais, reduzindo erros e aumentando a segurança e eficiência;

2.1.2. No aumento da democratização e melhoria de qualidade do atendimento bancário e serviços financeiros prestados aos servidores públicos;

2.1.3. Na insuficiência da estrutura administrativa pública própria em prestar os serviços bancários e de instituições financeiras;

2.1.4. Nas premissas em eficiência na gestão pela otimização e aprimoração dos processamentos das operações financeiras através da contratação de instituição financeira que ofereça tais serviços com qualidade;

2.1.5. No direito do ente público tem de contratar instituições financeiras para prestar serviços necessários à consecução de suas atividades de autoadministração e implementação de ações governamentais;

2.1.6. E conforme a identificação destes como ativo especial intangível, na viabilização da exploração econômica destes ao oportunizar a competitividade e os procedimentos legais pertinentes para a captação de recursos com a precificação e venda desses ativos.

2.1.7. E em consonância a sentença acima, a vigência estabelecida de 60(sessenta) meses é justificada pela compreensão de que a contratação de tal procedimento por menor período a tornaria menos interessante, pois o objeto deste é “a venda de um ativo intangível” e, portanto, necessita que apresente aos interessados uma boa relação custo x benefício frente as obrigatoriedades atreladas.

### **2.2. Da Fundamentação**

2.2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópicos específicos dos Estudos Técnicos Preliminares;



2.2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

2.2.3. A avaliação de submeter tais serviços à contratação de terceiros é possibilitada no entendimento firmado pelo Tribunal de Contas da União. Plenário, ACÓRDÃO TCU 1940/2015 (consulta), segundo o qual o processamento dos créditos decorrentes de folha de pagamento é serviço comum, que pode ser e de fato é ofertado por quaisquer instituições financeiras devidamente autorizadas e que não se confunde com o objeto do § 3º do artigo 164 da Constituição Federal, conforme Agravo Regimental na Reclamação nº 3.872-6–DF, no Supremo Tribunal Federal.

2.2.4. Outro fator também de suma relevância é de que nos certames regidos pela Lei 14.133/2021, é possível a Administração Pública licitar, por meio da modalidade Pregão, sob critério de julgamento maior lance ou maior oferta, com a finalidade de contratar Instituições/Cooperativas Financeiras, públicas ou privadas, para prestação de serviços de processamento de créditos provenientes da folha de pagamento dos servidores públicos municipais, conforme bem destacou o TCE/SC, em Plenário, no Prejulgado 2494, Decisão 110/2025, do Relator José Nei Alberton Ascari.

2.2.5. O TCE-RJ, por sua vez, já proferiu decisões pelo conhecimento do edital de pregão ou de ajustes decorrentes de licitações de contratações de Instituições Financeiras para pagamento dos servidores e outros serviços bancários, conforme é aferível pelo Processos TCE-RJ 240.599-1/08, 232.517-4/11 e 107.936-8/15, destarte, tais apontamentos demonstram que o procedimento presente segue em consonância com o entendimento jurisprudencial acerca da matéria em destaque;

2.2.6. Os serviços ofertados deverão atender às exigências de qualidade, regras e padrões oriundos dos competentes órgãos de controle e fiscalização, bem como às normas alusivas às instituições financeiras, ao disposto na Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e a tudo o mais descrito neste Termo de Referência.

### 2.3. **Da Necessidade:**

2.3.1. Esta contratação visa solucionar a seguinte necessidade expressa no D.O.D. formulado pela Secretaria de Administração, na data de 06 de fevereiro de 2025:

O tema da gestão é fator fundamental para a boa governança e eficiência da administração pública, influenciando positivamente o desenvolvimento municipal, através de otimização e aprimoração dos processos e procedimentos administrativos, bem como sua transparência e credibilidade. E é nessa toada que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece um conjunto de



normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e possui como premissas básicas o planejamento, o controle, a transparência e a responsabilização.

Nesse sentido a Secretaria de Administração de Arraial do Cabo-RJ (SECREA) está comprometida em garantir a prestação de serviços públicos em consonância as normas da boa governança e eficiência administrativa estabelecendo em seus objetivos planejar, coordenar, normatizar e executar as diretrizes do governo municipal.

A SECREA tem como funções essenciais desenvolver a estrutura organizacional, estabelecer a qualidade aos métodos de trabalho; bem como zelar pelo manutenção e bom uso dos equipamentos, bens móveis e imóveis, através da, racionalização e controle gerencial do material permanente e de consumo, assim como promover gestão funcional e financeiro de pessoal através de recrutamento, seleção, treinamento e pagamento, atentando ao bom cumprimento das Leis Orçamentárias (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual).

Dentro desse leque de responsabilidades, é possível considerar a gestão de Recursos Humanos (RH) na administração pública uma área prioritária para a boa governabilidade, e que desempenha um papel central para alcance das metas de eficiência, produtividade e entrega de serviços à sociedade. E visto que o RH está envolto em efetuar ações como o pagamento dos servidores municipais ativos e inativos, emissão do holerite, repasse e desconto dos valores devidos com o correto cálculo dos Salários base, Benefícios, Descontos obrigatórios, Férias, Horas extras, Empréstimos consignados, Previdência, Convênio, entre outros. Isto posto, faz-se necessário que a Administração Pública tenha consolidado parcerias com instituições financeiras para a centralização e efetivação de pagamentos, antecipações, empréstimos, dentre outros serviços bancários, aproveitando-se da estrutura operacional destas, como fator essencial para o sucesso de suas operações.

E é movido pelas premissas em eficiência na gestão nas operações financeiras que a Administração é impulsionada em buscar a forma mais segura e eficaz de se processar operações financeiras como os pagamentos dos servidores, dos fornecedores e seus demais ativos financeiros. A gestão financeira destes ativos segue no centro das preocupações cotidianas da Administração Pública e a qualidade no gerenciamento podem garantir agilidade, segurança, eficiência e eficácia nos resultados de governança.

E se de um lado as organizações públicas necessitam contar com a facilidade para realizarem a gestão de seus pagamentos, de outro, abre-se sobre essa parceria a oportunização para que as instituições financeiras, além de contrapartidas como taxa de juros e outras tarifas, aumentem sua captação de clientes e passem a ofertar seus demais produtos como empréstimos, seguros, títulos de capitalização, ações e a cobrança por serviços agregados como pagamentos de tributos, transferências, carnês, boletos e cobrança. Como por exemplo o empréstimo consignado em folha de



pagamento, que é uma modalidade de concessão de crédito de baixo risco que tem atraído as instituições financeiras para a aquisição, por tempo determinado, da folha de pagamento da Administração Pública, fomentado a aquisição desse ativo como objeto recorrente em licitações por todo Brasil.

Portanto, compreende-se que o ente público tem o direito de contratar instituições financeiras para prestar serviços necessários à consecução de suas atividades de autoadministração no tocante a forma de se processar suas operações bancárias, e as instituições veem nessa prestação de serviço para a Administração Pública a oportunidade de captação de clientes para aumento de venda de seus produtos.

Consequentemente a oportunidade supramencionada de aumento da carteira de clientes pelas Instituições financeiras é um aspecto que contribui para configurar o serviço em questão como um ativo especial intangível e, nesta condição, tal fator oportuniza ao ente público facultar tal exploração econômica ao mercado, por meio da “venda dos ativos”, no qual possibilita gerar uma fonte significativa de receita para a Administração Pública, com o valor variando através de negociação que considera o perfil do ente federado, seu momento econômico, e obviamente da competição entre as instituições para sua contratação, sendo importante nesta equação, a folha salarial do funcionalismo, considerando: a média salarial, a renda per capita local, o volume de contratos com fornecedores, entre outros.

Diante da exposição presente, há de se concluir que há diante da Administração a necessidade de uma gestão unificada dos recursos financeiros de forma mais prática e ágil, que possibilite integração de sistemas de informação dos ativos financeiros, redução de erros na gestão financeira e nos recursos humanos, convergindo no aumento da segurança e em um maior dinamismo na execução financeira das políticas públicas.

E tendo em vistas estas necessidades elencadas, é essencial para o alcance destas, que sem desconsiderar as legislações vigentes de portabilidade, se promova a centralização dos pagamentos aos servidores numa instituição financeira, de forma a esta também ser priorizada no pagamento aos fornecedores, visto que a gestão unificada dos recursos financeiros, baseia-se no desenvolvimento da praticidade e agilidade, porquanto possibilita a integração de procedimentos, redução de erros e aumento da segurança.

Uma vez que compreendido tais necessidades, somos compelidos a aferir a viabilidade da contratação de instituição financeira e quais os serviços que deverão ser prestados, em função de se agregar benefícios para os servidores, como menores taxas bancárias, melhores serviços, maior capilaridade e acesso a produtos mais adequados às suas carências. Destarte, impõe-se a necessidade de embasar a viabilidade e as condições para o caminho desta contratação, na probabilidade da venda de ativos, e da fundamentação para se demonstrar às instituições bancárias a



realidade das variáveis agregadas ao perfil da Prefeitura de Arraial do Cabo, para que se viável, se potencialize o interesse destas na competição, e consequentemente, no valor a ser obtido por estes ativos.

### **3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico no item 06 do Estudo Técnico Preliminar, e reproduzida a seguir:**

3.1. É cediço que há uma extensão e complexidade técnica nos trabalhos a serem realizados por instituições financeiras, e que os negócios bancários, objeto do estudo, consequentemente não integram o rol de atividades da administração pública, e, portanto, motivam o entendimento da Prefeitura de Arraial do Cabo de que tal contratação é de substancial necessidade para resultados positivos de governança.

3.2. O objeto do contrato, com instituição financeira ainda em curso, abrangerá não apenas a realização da folha de pagamento dos servidores Municipais ativos e inativos, mas também o pagamento aos fornecedores do Município e, possibilidade de atuação como banco interveniente para convênio, e concessão de empréstimos consignados aos servidores;

3.3. Partindo do pressuposto de que as diversas instituições financeiras possuem interesse em ofertar contrapartidas financeiras aos órgãos públicos, bem como oferecerem também benefícios e facilidades aos Servidores Municipais ativos, inativos e pensionistas, surge a necessidade de realizar Procedimento Licitatório a fim de selecionar aquela à qual será oportunizada a execução da prestação destes serviços.

3.4. Destarte, a escolha da instituição financeira, que fará esta gestão, deverá ser realizada através de certame licitatório, por meio da modalidade Pregão, por tratar de serviços comuns, preferencialmente eletrônico para privilegiar competitividade, e sob critério de julgamento de maior lance ou maior oferta, com a finalidade de se obter recursos extraorçamentários;

3.4.1. Tal negociação, popularmente identificada como “venda da folha de pagamento para bancos”, se configurará na contratação da instituição financeira para:

3.4.1.1. Principalmente, com exclusividade operar os serviços de processamento e gerenciamento de créditos provenientes da folha de salarial e outras indenizações, aos agentes públicos, servidores ativos e inativos, pensionistas, pensões alimentícias, e outros, doravante denominados beneficiários da Administração Direta e Autárquicas do município;

3.4.1.2. Operar sem exclusividade, mas em caráter preferencial, os serviços de arrecadação, cobrança bancária, movimentação financeira e pagamento de credores e fornecedores;



3.4.1.3. E possibilitar, sem exclusividade, a operação dos serviços de concessão de Crédito Consignado aos servidores.

3.5. Dentre os objetivos do procedimento licitatório está a centralização em uma única Instituição Financeira, por razões de conveniência administrativa e oportunidade, o pagamento dos servidores municipais ativos e inativos da Prefeitura de Arraial do Cabo/RJ, e os que porventura vierem a pertencer ao quadro de servidores do Município, obedecendo às disposições estabelecidas nos futuros Termo de Referência, Edital de Licitação e no Instrumento de Contrato.

3.6. Assim inicialmente, conforme necessidades já expostas, deverá ser garantido através desta solução a operacionalização do sistema de pagamento de servidores, prestadores de serviços e conveniados, oferta de crédito consignado em folha de pagamento, dentre outras operações bancárias, e garantir um certame que promova ampla participação de todas as instituições que estejam interessadas e habilitadas para tal.

3.7. A solução proposta de centralização para a contratação de instituição financeira para processar o pagamento dos servidores/funcionários municipais do Município de Arraial do Cabo consiste principalmente pela oferta dos seguintes serviços:

3.7.1. Processamento dos créditos provenientes da folha de pagamento;

3.7.2. Gerenciamento dos créditos;

3.7.3. Abertura de contas correntes individuais para os servidores;

3.7.4. Atendimento ao cliente por meio de agências, correspondentes bancários e canais digitais.

3.8. Para atendimento da solução, deverá ser realizada a contratação de uma Instituição Financeira que atenda as seguintes características:

3.8.1. Instituições financeiras oficiais, privadas ou públicas;

3.8.2. Regularmente em atividade;

3.8.3. Autorizada para funcionamento pelo Banco Central do Brasil;

3.8.4. Estejam legalmente estabelecidas no país;

3.8.5. Explore ram de atividade compatível com o objeto desta solução, devendo tal fato ser oportunamente comprovado;

3.8.6. Será compreendido como parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum e aqueles que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa, e, portanto, em disputa poderão vir a apresentar uma única proposta de preços os licitantes, ou grupos, sociedades, suas filiais ou empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, e acaso apresentem mais de uma proposta de preços na disputa, as demais propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas.



3.8.7. Comprove condições de habilitação exigidas no futuro Edital e seus Anexos;

3.8.8. Apresente boa saúde financeira, devidamente comprovada conforme parâmetros legais.

3.9. Através da centralização da futura contratação da Instituição Financeira, com as características elencadas neste, espera-se alcançar os seguintes resultados pela prestação dos serviços bancários desta solução:

3.9.1. Redução dos custos administrativos relacionados ao processamento e gerenciamento da folha de pagamento;

3.9.2. Redução dos custos de manutenção de contas correntes em diversas instituições financeiras;

3.9.3. Redução dos custos de atendimento ao cliente;

3.9.4. Simplificação dos processos;

3.9.5. Facilidade de controle dos gastos;

3.9.6. Melhoria da eficiência da gestão pública;

3.9.7. Viabilizar o pagamento dos Servidores ativos e inativos da Prefeitura de Arraial do Cabo, através da Instituição Financeira que possa disponibilizar serviços bancários modernos e diversificados;

3.9.8. Disponibilizar, na Sede da Prefeitura, ou na localidade mais próxima possível, mediante justificativa, 01 (um) Posto de Atendimento Bancário (PAB) com autoatendimento (ATM), no intuito de atender as necessidades dos servidores;

3.9.9. Disponibilizar, rede de atendimento com pelo menos 01 (um) Posto de Atendimento Bancário (PAB) com autoatendimento (ATM), em cada distrito do Município de Arraial do Cabo/RJ, com o intuito de atender democraticamente os servidores;

3.9.9.1. A instituição financeira contratada poderá a seu critério, realizar a instalação de mais PAB's e/ou caixas eletrônicos sem ônus adicional.

3.9.10. Ofertar facilidade e acesso a serviços bancários de qualidade aos servidores, sejam eles por agências, postos de atendimento, app, site, central de atendimento e SAC;

3.9.11. Obter retorno financeiro, através da venda da operacionalização e gerenciamento da Folha de Pagamento dos servidores ativos e inativos da Administração;

3.9.12. Fomentar a competitividade de mercado, através de justa concorrência e devido processo licitatório, levando-se em conta os princípios da Administração Pública;

3.9.13. Realizar o pagamento líquido de remunerações e outras indenizações de forma direta aos favorecidos da folha de pagamento através de sistema informatizado fornecido pela instituição contratada como prestadora dos serviços;



3.9.14. Realizar transferência operacional da execução do objeto a instituição financeira especializada neste tipo de atividade e com rede de atendimento local disponível ao público, inclusive por meios eletrônicos;

3.9.15. Aumentar a segurança física e cibernética na realização das operações financeiras de pagamento dos créditos líquidos oriundos da folha de pagamento.

3.9.16. Dispor de pelo menos 01 (uma) agência da contratada dentro do território do Município de Arraial do Cabo;

3.9.16.1. Para alcance deste resultado deverá ser disponibilizado para a Instituição Financeira CONTRATADA a oportunidade de instalar, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de assinatura do contrato, 01 (uma) agência bancária física dentro do território municipal.

3.10. Deverá estar agregada à solução apresentada a urgência para conclusão dos procedimentos administrativos ao fim da vigência do atual contrato deste objeto que se encontra em execução;

3.11. Os serviços deverão estar em conformidade às regras e padrões de qualidade e aferição oriundos dos órgãos de controle e fiscalização, bem como às normas pertinentes às instituições financeiras, ao disposto na Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

3.12. A solução e o contrato advindo desta deverá apresentar cláusulas em compatibilidade à LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados);

3.13. A Instituição Financeira contratada deverá manter sigilo acerca dos dados e informações, contidos em quaisquer relatórios, documentos e em quaisquer mídias, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços de processamento dos créditos dos servidores, não podendo, sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar, sob as penas da lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Município a tais documentos ou arquivos.

3.14. A Contratada deverá ser obrigada a não divulgar as informações e/ou dados a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da prestação dos serviços, sem autorização, por escrito, do CONTRATANTE, sob pena de aplicação das sanções previstas em lei;

3.15. O calendário de pagamentos de salário dos servidores será estabelecido pelo Município de Arraial do Cabo/RJ;

3.16. A Instituição financeira contratada deve assegurar, sem quaisquer ônus aos beneficiários, a faculdade de transferência dos créditos, mediante manifestação formal dos interessados, para a conta de depósito de sua titularidade, aberta em outras instituições financeiras, de livre escolha, garantindo, também, a disponibilidade dos créditos aos titulares, em conformidade ao calendário de pagamentos do município, nos moldes estabelecidos em legislação pelo o Banco Central do Brasil,



sendo dessa forma assegurado aos beneficiários o direito de transferir os valores depositados em contas salários para outra Instituição Bancária da qual os mesmos sejam titulares, sem custos.

3.17. Como formulação de uma solução eficaz, esta deverá cumprir efetivamente as medidas e técnicas a serem implementadas, conforme orientações pertinentes do setor solicitante em exposição no Anexo – Memória Técnica Descritiva dos Serviços;

3.18. A elaboração, execução e avaliação da solução no que couber deverá ocorrer conforme referência e normas técnicas nacionais vigentes que lhes sejam pertinentes;

3.19. A CONTRATADA deverá informar a equipe de fiscalização da contratação:

3.19.1. Os telefones de contato do respectivo setor da instituição financeira, responsável pelo gerenciamento das contas do município;

3.19.2. A identificação do preposto e gerentes responsáveis;

3.19.3. Disponibilizar número de telefone para ligação gratuita para esclarecimento de dúvidas quanto à prestação dos serviços objeto da contratação;

3.19.4. Os horários de funcionamento e atendimento;

3.19.5. Comunicar, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, quaisquer mudanças na forma de atendimento bancário, apresentando proposta alternativa de atendimento a ser avaliada pela equipe técnica competente do Município;

3.19.6. Designação do local de funcionamento da agência bancária no município de Arraial do Cabo/RJ, como estrutura física da organização para referência e funcionamento como agência responsável em responder pela contratação, realizar atendimento, bem como articular o efetivo cumprimento das suas obrigações assumidas;

3.20. Esta solução se caracteriza como um serviço comum por tratar-se de aquisição de itens nos quais os seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado, e, portanto, poderá ser efetivada através da modalidade licitatória de Pregão Eletrônico;

3.21. Agrega-se ao fato deste objeto se tratar de serviço contínuo pois deve ser prestado de maneira ininterrupta para atender as necessidades públicas permanentes, e se interrompidos podem comprometer a continuidade de atividades essenciais e cuja contratação estender-se-á por mais de um exercício financeiro e continuamente.

3.21.1. Conforme Acórdão nº 132/2008 do TCU, o que caracteriza o caráter contínuo de um determinado serviço é a sua essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional, pois no caso em comento, afere-se que inevitavelmente, é



agregado um maior prazo para realização de tarefas tais como: instalações bancárias, cadastramento de contas e outras operações inerentes a execução processual deste;

3.22. Considerando os princípios da nova Lei de Licitações e os benefícios que o pregão eletrônico oferece, a opção por realizar um pregão com ampla concorrência, demonstra o compromisso da Administração Pública em buscar a melhor relação custo-benefício e a transparência nos processos de contratação, contribuindo assim para a eficiência e eficácia na gestão dos recursos públicos. Assim, é possível identificar as seguintes justificativas para a realização de um pregão eletrônico com ampla concorrência:

3.22.1. Promoção da ampla concorrência: O pregão eletrônico é um modelo de licitação que permite a participação de um grande número de fornecedores, proporcionando assim uma ampla concorrência e competitividade, fator fundamental para a obtenção de propostas mais vantajosas e seleção dos melhores fornecedores;

3.22.2. Eficiência na contratação: O pregão eletrônico é caracterizado pela sua agilidade e simplicidade, o que contribui para a eficiência dos processos licitatórios, garantindo a otimização dos recursos públicos.

3.22.3. Transparência e igualdade de oportunidades: O ambiente virtual do pregão eletrônico oferece transparência absoluta ao processo, uma vez que permite que todos os interessados acompanhem em tempo real as etapas da licitação. Além disso, garante igualdade de oportunidades, uma vez que todos os fornecedores têm acesso às mesmas informações e condições de participação.

3.22.4. Economia de recursos públicos: Ao fomentar a competição e buscar a melhor relação custo-benefício, o pregão eletrônico contribui para a disputa e consequentemente a economia de recursos públicos, uma prioridade na gestão responsável dos recursos da Administração Pública.

3.22.5. Alinhamento com a nova legislação: A Lei 14.133/2021 estabelece o pregão como um dos procedimentos licitatórios preferenciais em diversos casos. Portanto, a realização de um pregão eletrônico está alinhada com as disposições legais mais recentes.

3.23. Pelo exposto até o presente, compreende-se que para melhor eficiência e execução dos objetivos propostos, o critério de julgamento deverá ser do tipo maior oferta ou maior lance conforme características a serem estabelecidas no Termo de Referência,

3.24. Conforme característica do objeto, considerar-se-á como tecnicamente inviável a sua divisão, e, portanto os serviços deverão adjudicados como um todo, de forma global;

3.24.1. Em consonância aos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que deva ser considerado a responsabilidade técnica, e portanto, a divisão do objeto desta solução em itens não se apresentaria técnica e operacionalmente viável, visto que a descentralização da contratação ou a divisão dos



serviços em tela, geraria problemáticas e divergências para a execução, já que a composição do lote compreende os itens que funcionam em consonância, ou seja em conjunto, para atender as necessidades da Administração, ademais a composição com mais do objeto em divisão dos itens mais de uma prestadora de serviços traria divergência técnica e qualitativa na execução bem como dificulta a fiscalização e controle.

3.24.2. Cabe salientar que o agrupamento do objeto em lote único, e a adjudicação de forma global, reduz a possibilidade de ocorrência de itens desertos, evitando, assim, prejuízo a integridade da contratação pretendida e interesse público, e, noutro giro, insta dizer que, ao agrupar a adjudicação de forma global, aumentam-se os ganhos com economia de escala, tornando, ainda, a contratação pretendida mais interessante do ponto de vista dos licitantes e estimulando a competitividade na disputa.

3.25. Nessa toada, compreende-se a impossibilidade da realização DE COTAS RESERVADAS, qual seja, para Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte pelo fato de que, a divisão por cota dos itens ou dos lotes estimados acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) poderem representar prejuízos ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado. Nesta ótica, a divisão do item em cota reservada poderá desencadear inexecução e as problemáticas já discorridas advindas da divisão do objeto e consequência a inviabilidade técnica na prestação do serviço e até mesmo ao processo de fiscalização do contrato. Com efeito, se a administração pública reservar a cota para cada item do objeto em tela, correrá o risco de ver frustrado o certame. Embora a Lei Complementar 123/2006 vise ampliar a participação das ME/EPP nas licitações, a mesma não sobrepõe essa ampliação acima do interesse público de vantajosidade, e/ou da economicidade. Dessa forma, é importante sopesar princípios pertinentes ao presente certame como o da competitividade, da economicidade, da eficiência, buscando-se a “proposta mais vantajosa para a administração”. Nesta ótica, a não reserva de cota para microempresas ou empresas de pequeno porte justifica-se pela necessidade que o objeto tem para administração pública e no fato de ser tecnicamente inviável a divisão do objeto.

**3.26. Por fim, define-se pelo presente Estudo Técnico Preliminar a seguinte solução: “Pregão Eletrônico, do tipo MAIOR LANCE GLOBAL, para contratação de Instituição Financeira, autorizada pelo Banco Central, para prestação, de forma exclusiva, dos serviços referentes à centralização, ao processamento e ao gerenciamento dos créditos provenientes da folha de pagamento salarial dos servidores e funcionários ativos, inativos, pensionistas e outros, beneficiários da Administração Direta e Autarquias do município de Arraial do Cabo/RJ, para operar sem exclusividade em caráter preferencial, os serviços de arrecadação, cobrança bancária, movimentação financeira e pagamento de credores e fornecedores; e possibilitar,**



**sem exclusividade, os serviços de concessão de Crédito Consignado aos servidores, e conforme demais especificações contidas no Termo de Referência.”**

3.27. Para tanto, o resumo dos itens poderá ser identificado conforme o seguinte Quadro de detalhamento do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND MED
01	Contratação de Instituição Financeira, autorizada pelo Banco Central, para prestação, de forma exclusiva, dos serviços referentes à centralização, ao processamento e ao gerenciamento dos créditos provenientes da folha de pagamento salarial dos servidores e funcionários ativos, inativos, pensionistas e outros, beneficiários da Administração Direta e Autarquias do município de Arraial do Cabo/RJ, para operar sem exclusividade em caráter preferencial, os serviços de arrecadação, cobrança bancária, movimentação financeira e pagamento de credores e fornecedores; e possibilitar, sem exclusividade, os serviços de concessão de Crédito Consignado aos servidores, e conforme demais especificações contidas no Termo de Referência	SERV

#### **4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

##### **4.2. Do Detalhamento e Especificação do Objeto:**

4.2.1. O objeto deverá estar estritamente em acordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e da descrição da solução como um todo, apresentada nos Estudos Técnicos Preliminares;

4.2.2. A descrição detalhada, demais especificações, condições de desempenho, técnica e demais características necessárias para garantir a conferência do objeto seguem discriminadas na Memória Técnica Descritiva Dos Serviços, Anexo I deste.

4.2.3. Podemos detalhar o objeto, de contratação de Instituição Financeira, conforme o estabelecido no item 1.1, através da seguinte composição dos serviços:

4.2.3.1. Exclusivos, com os serviços referentes à centralização, ao processamento e ao gerenciamento dos créditos provenientes da folha de pagamento salarial dos servidores e funcionários Efetivos, Contratados, Comissionados, Inativos, Aposentados e Pensionistas dos órgãos da Administração Direta e Indireta (Autarquias) do Poder Executivo do Município de Arraial do Cabo/RJ, estabelecidos conforme o Anexo II, pelas seguintes tabelas que demonstram a o detalhamento consolidado e atualizado das folhas de pagamento dos servidores no tocante a quantificação de servidores créditos:

#### **TABELA I - PIRÂMIDE DE SERVIDORES ATIVOS POR FAIXA SALARIAL**



### FAIXA SALARIAL SERVIDORES ATIVOS

VALORES (R\$)	QUANTIDADE	VALORES TOTAIS (R\$)
ATÉ 1.518,00	1116	2.183.152,96
DE 1.518,00 A 2.000,00	1527	3.793.745,64
DE 2.000,01 A 3.000,00	1619	4.952.639,04
DE 3.000,01 A 4.000,00	896	3.676.988,58
DE 4.000,01 A 5.000,00	169	940.293,27
DE 5.000,01 A 6.000,00	73	544.548,79
DE 6.000,01 A 7.000,00	113	1.155.296,10
DE 7.000,01 A 8.000,00	12	145.459,96
DE 8.000,01 A 10.000,00	36	495.599,05
ACIMA DE 10.000,01	29	415.189,82
<b>TOTAL</b>	<b>5590</b>	<b>R\$ 18.302.913,21</b>

### TABELA II - PIRÂMIDE DE SERVIDORES ATIVOS POR VÍNCULO

SERVIDORES ATIVOS POR VÍNCULO			
SERVIDORES	QUANTIDADE	FOLHA BRUTA (R\$)	FOLHA LÍQUIDA (R\$)
PREFEITO E VICE	2	R\$ 32.000,00	R\$ 14.138,81
PRESIDENTE E VICE	5	R\$ 51.884,00	R\$ 40.100,56
AGENTES POLÍTICOS	17	R\$ 212.000,00	R\$ 156.668,67
ELETIVOS (CONSELHO TUTELAR)	5	R\$ 11.385,00	R\$ 10.474,20
ESTATUTÁRIOS	1060	R\$ 5.945.279,82	R\$ 4.314.582,35
CONTRATADOS	3330	R\$ 8.190.938,46	R\$ 7.366.580,19
COMISSIONADOS	1171	R\$ 3.859.425,93	R\$ 3.377.616,20
<b>TOTAL</b>	<b>5590</b>	<b>R\$ 18.302.913,21</b>	<b>R\$ 15.280.160,98</b>

### TABELA III - PIRÂMIDE DE SERVIDORES INATIVOS

SERVIDORES INATIVOS		
SERVIDORES	QUANTIDADE	FOLHA BRUTA (R\$)
APOSENTADOS	391	2.048.888,41
PENSIONISTAS	60	162.083,80
<b>TOTAL</b>	<b>451</b>	<b>R\$ 2.210.972,21</b>

### TABELA IV - PIRÂMIDE DE CUSTO MÉDIO POR SERVIDORES

CUSTO MÉDIO POR SERVIDORES			
SERVIDORES	QUANTIDADE	FOLHA BRUTA (R\$)	MÉDIA (R\$)



ATIVOS	5590	18.302.913,21	3.274,22
INATIVOS	451	2.210.972,21	4.902,38
<b>TOTAL</b>	<b>6041</b>	<b>R\$ 20.513.885,42</b>	<b>R\$ 3.395,78</b>

4.2.3.2. **Não exclusivos, porém em caráter preferencial**, os serviços de arrecadação, cobrança bancária, demais serviços bancários, movimentação financeira e pagamento de credores e fornecedores.

4.2.3.2.1. Portanto, conforme informações disponíveis pela Secretaria de Finanças e Orçamento e as autarquias, foi possível demonstrar através do Anexo III o Relatório de Dados Financeiros, Orçamentários e Econômicos, a arrecadação de receitas do exercício de 2024 desta Prefeitura expressou o montante de R\$ 847.111.815,22 (oitocentos e quarenta e sete milhões, cento e onze mil, oitocentos e quinze reais e vinte e dois centavos), enquanto as despesas pagas atingiram R\$ 744.052.826,98 (setecentos e quarenta e quatro milhões, cinquenta e dois mil, oitocentos e vinte e seis reais e noventa e oito centavos), no qual o correspondente referente às despesas com folha de pagamento alcançou o total de R\$ 274.212.785,07 (duzentos e setenta e quatro milhões, duzentos e doze mil, setecentos e oitenta e cinco reais e sete centavos).

4.2.3.2.2. Importante ressaltar, que a Instituição Financeira vencedora do certame com a contratação poderá gerar a oportunidade de oferecer aos fornecedores seus diversos produtos financeiros, inclusive também aos funcionários destas, gerando a oportunidade de aumento em sua cartela de clientes;

4.2.3.2.3. Um outro importante fonte de fluxo de receita para a instituição financeira vencedora poderá ser o processamento de guias de arrecadação, tais como IPTU, ISS, ITBI, taxas mobiliárias, que serão também possibilitadas através destes, assim, segue quadro com algumas das principais receitas arrecadadas pelo município em 2024 discriminadas:

**TABELA V – ARRECADAÇÃO 2024**

DADOS DE RECEITA ARRECADADA EXERCÍCIO 2024	
IRRF	R\$ 17.945.772,26
IPTU	R\$ 13.073.735,27
MULTAS E JUROS	R\$ 148.061,26
DÍVIDA ATIVA - IPTU	R\$ 2.665.479,20
ISS	R\$ 13.084.277,34
TAXAS	R\$ 4.132.768,74



CIP	R\$ 9.616.509,67
ITBI	R\$ 6.161.344,86
FPM	R\$ 41.376.095,27
ROYALTIES	R\$ 557.944.898,53
FUNDEB	R\$ 2.760.236,05
ICMS	R\$ 77.589.394,59
IPVA	R\$ 4.727.302,78

4.2.3.2.4. Conforme a Lei Orçamentária Anual de 2025 (LOA), a previsão de arrecadação para o exercício atual é de R\$ 835.355.284,85 (oitocentos e trinta e cinco milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e oitenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos) e enquanto da despesa no mesmo valor. Mediante este valor, fora elaborada as seguintes estimativas para os próximos anos vinculados a expectativa do período da vigência da contratação almejada:

**TABELA VI – ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA 2025-2029**

<b>EXPECTATIVA ORÇAMENTÁRIA DA PREFEITURA DE ARRÁIAL DO CABO (2025-2029)</b>					
<b>EXERCÍCIO</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>	<b>2027</b>	<b>2028</b>	<b>2029</b>
<b>EXPECTATIVA ORÇAMENTÁRIA</b>	R\$ 835.355.284,85	R\$ 977.601.344,38	R\$ 1.021.397.884,61	R\$ 1.062.253.799,99	R\$ 1.068.523.774,48
<b>COMPOSIÇÃO AO LONGO DOS EXERCÍCIOS</b>	R\$ 835.355.284,85	R\$ 1.812.956.629,23	R\$ 2.834.354.513,84	R\$ 3.896.608.313,83	R\$ 4.965.132.088,31

4.2.3.2.5. Ademais deverá ser considerado pelos interessados as tarifas bancárias que o servidor poderá vir a pagar, pois apesar da não cobrança dos chamados serviços essenciais, os bancos podem vir a capitalizar, através das tarifas dos serviços prioritários, diferenciados e especiais.

4.2.3.2.6. Estima-se que aproximadamente 75% (setenta e cinco por cento) dos servidores (CPF's) tendem a ser clientes da instituição financeira vencedora a partir do primeiro ano da contratação;

4.2.3.2.7. E conforme o leque de produtos e serviços na rede bancária é bastante extenso, abrangendo opções como: conta corrente, conta de investimento, cheque especial, crédito pessoal, financiamento, leasing, seguros, previdência privada, consórcios, títulos de capitalização, entre inúmeros outros, e abrindo dessa forma a oportunidade da venda desses produtos financeiros a essa nova parcela significativa de clientes trazendo rendimento em contrapartida os valores investidos;



4.2.3.2.8. A expectativa dos rendimentos obtidos pela instituição financeira oriundos desta negociação de ativos poderia ser detalhada através de uma avaliação analítica pelo potencial de ganho em serviços individuais.

## TABELA VII – INDICADORES MACROECONÔMICOS

Para fomentação e fundamentação da avaliação analítica segue os dados dos Indicadores Macroeconômicos, em acordo com o relatório do Banco Central e com o relatório FOCUS, esperados para período de vigência da contratação no tocante ao índice inflacionário e de rendimento estabelecidos para balizamento:

TABELA – Indicadores Macroeconômicos (2025-2029) <sup>1</sup>					
ANO	2025	2026	2027	2028	2029*
Inflação IPCA (% a.a.)	5,2	4,5	4,0	3,83	3,83
Taxa SELIC (% a.a.)	15	12,5	10,5	10	10

\* O relatório Focus apresenta as expectativas de Mercado para o ano corrente e os próximos 03(três) anos subsequentes, a fim de demonstrar o período de vigência, para o último ano fora reproduzido os dados do seu período antecessor.

## TABELA VIII – PARÂMETROS DE SERVIÇOS BANCÁRIOS

Nessa toada, pressupõe-se que a fidelização, principalmente relativa aos servidores são balizadores fundamentais na aferição da rentabilidade resultante da contratação e, portanto, premissa importante para análises e posterior métricas em cálculos a serem realizados. Dessa forma, segue tabela demonstrativa dos seguintes parâmetros para aferição dos indicadores de serviços bancários e suas taxas e dos demais cálculos pertinentes, bem como de suas fontes de informação:

PREMISSAS FIDELIZAÇÃO DE SERVIDORES		
INDICADORES	Parâmetros	Fonte
Depósito Compulsório <sup>2</sup>	20%	BCB
Número Consolidado de Servidores (JUNHO/ 2025)	6.041	SECREA, IPC, FIPAC e IDAC
Taxa Média de cheque especial <sup>3</sup>	133,82 (%a.a.)	BCB
Taxa Média de Empréstimo Consignado Público <sup>4</sup>	31,18 (% a.a.)	BCB
Permanência para Pagamentos dos Servidores ( <i>Float</i> )	D + 1	SEC. FAZENDA
Prêmio de Risco	2	SECREA/ SEC. FAZENDA

Em posse dos dados e índices apresentados para detalhamento deste objeto (conforme detalhamento, fórmulas e notas explicativas presente no Anexo III) e demonstrar a expectativa de rendimentos a

<sup>1</sup> Fonte: URL: <https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20250704.pdf> , relatório de 27/06/2025.

<sup>2</sup> Fonte: URL: <https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/aliquotascompulsorios/historico-aliquotas-pt.pdf>

<sup>3</sup> Fonte: URL:

[https://www.bcb.gov.br/estatisticas/reporttxjuroshistorico?historicotaxajurosdiario\\_page=1&codigoSegmento=1&codigoModalidade=216101&tipoModalidade=D&InicioPeriodo=2025-06-20](https://www.bcb.gov.br/estatisticas/reporttxjuroshistorico?historicotaxajurosdiario_page=1&codigoSegmento=1&codigoModalidade=216101&tipoModalidade=D&InicioPeriodo=2025-06-20) , relatório correspondente ao período de 20/06 a 26/06/2025.

<sup>4</sup> Fonte: URL:

[https://www.bcb.gov.br/estatisticas/reporttxjuroshistorico?historicotaxajurosdiario\\_page=1&codigoSegmento=1&codigoModalidade=220101&tipoModalidade=D&InicioPeriodo=2025-06-20](https://www.bcb.gov.br/estatisticas/reporttxjuroshistorico?historicotaxajurosdiario_page=1&codigoSegmento=1&codigoModalidade=220101&tipoModalidade=D&InicioPeriodo=2025-06-20) , relatório correspondente ao período de 20/06 a 26/06/2025.



serem obtidos pela instituição financeira na presente negociação de ativos ao longo dos períodos previstos foi elaborada a seguinte tabela:

**TABELA IX- POTENCIAL DE GANHOS E RENDIMENTOS**

**POTENCIAL VPL DA FOLHA DE PAGAMENTO MUNICÍPIO ARRÁIL DO CABO - CONFORME DADOS FOLHAS E INDICES 06/2025**

ANO	RECEITAS				RESULTADOS	TAXA DE DESCONTO		VPL	
	Empréstimos Consignados	Cheque Especial	Float	Tarifas	Soma das expectativas de receitas para o exercício	Selic Real	Selic + Prêmio	Selic Real	Selic Real + Prêmio
2025	R\$ 2.543.119,38	R\$ 543.690,00	R\$ 126.144,30	R\$ 724.920,00	R\$ 3.937.873,69	9,80%	11,80%	R\$ 3.551.962,06	R\$ 3.473.204,59
2026	R\$ 2.657.559,76	R\$ 568.156,05	R\$ 111.085,87	R\$ 757.541,40	R\$ 4.094.343,07	8,00%	10,00%	R\$ 3.766.795,63	R\$ 3.684.908,76
2027	R\$ 2.763.862,15	R\$ 590.882,29	R\$ 97.931,35	R\$ 787.843,06	R\$ 4.240.518,84	6,50%	8,50%	R\$ 3.964.885,11	R\$ 3.880.074,74
2028	R\$ 2.869.718,07	R\$ 613.513,08	R\$ 97.062,66	R\$ 818.017,45	R\$ 4.398.311,25	6,17%	8,17%	R\$ 4.126.935,45	R\$ 4.038.969,22
2029	R\$ 2.979.628,27	R\$ 637.010,63	R\$ 97.199,79	R\$ 849.347,51	R\$ 4.563.186,20	6,17%	8,17%	R\$ 4.281.637,61	R\$ 4.190.373,89
TOTAL	R\$ 13.813.887,62	R\$ 2.953.252,06	R\$ 529.423,96	R\$ 3.937.669,41	R\$ 21.234.233,05			R\$ 19.692.087,20	R\$ 19.267.531,20

4.2.3.3.E possibilitar, de forma não exclusiva, os serviços de concessão de Crédito Consignado aos servidores, em acordo à Circular BCB nº 3522/2011, que veda a celebração de convênios, contratos ou acordos que impeçam o acesso de clientes a operações de crédito ofertadas por outras instituições, contudo, conforme a margem para operações consignadas possuem o teto de até 45% (quarenta e cinco por cento), o prazo máximo praticado para estes é de 144 (cento e quarenta e quatro) meses, torna-se interessante para avaliação do ativo e do grau de interesse econômico ao mercado no potencial ainda a ser explorado.

**TABELA X – MARGEM CONSIGNÁVEL**

CONSIGNADO				
DESCRIÇÃO	servidores ativos estatutários	margem consignável legal	margem consignável não utilizada	margem consignável utilizada (%)
ÍNDICE	1060	45	88,44%	11,56%
TOTAL EM R\$	R\$ 5.945.279,82	R\$ 2.675.375,92	R\$ 2.366.641,64	R\$ 309.334,28

4.2.3.3.1. Conforme ultimo levantamento realizado (março/2025) pela equipe de RH, foi aferido um total de R\$ 309.334,28 (trezentos e nove mil reais, trezentos e trinta e quatro reais e vinte e oito centavos) de valor em consignado utilizado, demonstrando, portanto, a utilização



de apenas 11,56% (onze inteiros e cinquenta e seis por cento) do valor possível a ser consignado se comparado a atual margem consignável.

4.2.3.3.2. Destarte, percebe-se que o potencial de incremento na oferta de empréstimos consignados, referente às margens livres é 88, 44% (oitenta e oito inteiros, e quarenta e quatro centésimos por cento), considerando o valor referente ao universo pesquisado dos 1060 servidores estatutários ativos;

4.2.3.3.3. Outro produto a ser considerado é a possibilidade de produção em crédito consignado em folha de pagamento é o Cartão de Crédito Consignado, devem ser oferecidos somente aos servidores com vínculo permanente, ou seja, ativos estatutários (1060), aposentados e pensionistas (451), que hoje representam aproximadamente 25% (vinte e cinco por cento) do total de servidores (6041).

#### **4.2.4. Do perfil socioeconômico municipal**

4.2.4.1. Fundada há 39 anos, elevado à categoria de município com a denominação de Arraial do Cabo, pela Lei Estadual n.º 839, de 13/ 05/ 1985, o município de Arraial do Cabo compreende os distritos de: Monte Alto, Figueira, Parque das Garças, Sabiá, Pernambuco, Novo Arraial e Caiçara, possuindo 30.986 habitantes no último censo e estimativa atual de 32.794, tem como base da economia o turismo e nos últimos anos demonstrando ascensão econômica de seus munícipes conforme gráfico de PIB per capita segundo dados IBGE.

### **TABELA XI - QUADRO SOCIOECONOMICO**



4.2.4.2. Conforme dados da FEBRABAN, o município na presente data conta em seu território com 04 (quatro) agências de instituições financeiras somente, a saber: Banco do Brasil S.A., Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A. e Banco Crefisa S.A.

#### 4.3. Da Sustentabilidade:

4.3.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente e/ou acaso inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, se couber, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

#### 4.4. Do Prazo de Garantia Técnica, Manutenção e Assistência técnica:

4.4.1. Não haverá exigência da garantia técnica na contratação dos Arts. 92 e seguintes da Lei nº 14.133/21



4.4.2. Uma vez notificado, o CONTRATADO realizará a reparação ou substituição dos bens ou serviços que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da data de comunicação da Administração ao CONTRATADO.

#### **4.5. Da Exigência de Amostra:**

4.5.1. Não se aplica ao objeto desta contratação a exigência de amostras

#### **4.6. Da Indicação de Marcas e Adequação ao Catálogo de Padronização**

4.6.1. É vedada a indicação de marcas, características ou especificações exclusivas.

4.6.2. Os itens constantes neste termo de referência não estão contidos no catálogo eletrônico de padronização.

### **5. DO MODELO DE EXECUÇÃO, ENTREGA, RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

5.1. Os procedimentos de entrega do objeto/execução do serviço deverão ser iniciados, a partir do recebimento da ordem de execução, a ser emitida logo após a assinatura do termo de contrato;

5.2. Os serviços contratados deverão ser entregues livre de vícios que prejudiquem o seu uso ou eficácia;

5.3. O serviço deverá ser prestado em âmbito nacional;

5.4. A entrega, execução e demais atividades concernentes ao objeto deverão ser acompanhadas e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, conforme art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 durante toda vigência contratual.

5.5. A CONTRATADA ficará responsável em operar com exclusividade os serviços de processamento e gerenciamento dos créditos provenientes da folha salarial e outras indenizações, aos agentes públicos, servidores ativos e inativos, pensionistas, pensões alimentícias, e outros do município de arraial do Cabo/RJ;

5.6. Deverão ser efetuados os preparativos para a implantação do Sistema para Pagamentos das folhas de Recursos Humanos contratados em até **30 (trinta)** dias posteriores da data da assinatura do termo contratual;

5.6.1. O prazo estabelecido pode ser prorrogável por igual período mediante justificativa devidamente motivada, cabendo a CONTRATANTE a análise e aceitação dos fatos que o motivem;

5.6.2. No caso de culpa exclusiva da CONTRATANTE que impeça o início dos serviços pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA será admitida a prorrogação do prazo fixado;

5.6.3. Caso o Sistema para Pagamento a ser implantado pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA CONTRATADA não seja efetivado no prazo estabelecido, a instituição financeira CONTRATADA



procederá o pagamento das folhas de pagamento com depósitos nas contas atuais dos membros e servidores, sem ônus para a CONTRATANTE nem para os servidores.

5.7. A CONTRATANTE adotará (através de sua equipe técnica) em conjunto com a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA CONTRATADA, observados os procedimentos estabelecidos neste Termo de Referência, providências no sentido de formalizar a abertura/manutenção de contas-salário em nome do servidor/funcionário e pensionista, para a operacionalização do sistema de pagamento do funcionalismo municipal;

5.8. A CONTRATANTE, após a assinatura do contrato, encaminhará a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, em meio digital, os dados dos servidores/funcionários, necessários à abertura das contas-salário no padrão da Resolução BACEN nº 2025/1993;

5.8.1. Caberá a CONTRATADA responsabilizar-se em orientar e solicitar a obtenção das informações necessárias, inclusive as não previstas ou não repassadas, devendo solicitar e verificar qualquer desacordo ou não envio de dados solicitados

5.9. Os pagamentos aos servidores serão efetuados por intermédio de crédito em conta-salário;

5.10. O pagamento dos servidores, inclusive décimo terceiro salário, será realizado de acordo com o calendário a ser definido pela CONTRATANTE;

5.11. Os bloqueios e desbloqueios de pagamento antes do repasse às contas-salário dos servidores são de responsabilidade exclusiva da CONTRATANTE;

5.12. A CONTRATANTE providenciará a transferência à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA dos recursos financeiros referentes ao pagamento dos servidores/funcionários, em reserva bancária, débito em conta ou, excepcionalmente, por outro meio de transferência bancária;

5.13. A CONTRATADA deverá efetuar o crédito das remunerações, proventos e pensões nas contas-salário dos servidores/funcionários em D+1 da data que for feita a transferência dos recursos pela CONTRATANTE, devendo estar disponível para saque no mesmo dia;

5.14. A CONTRATANTE enviará as informações necessárias para o processamento dos pagamentos dos servidores/funcionários à agência centralizadora indicada pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, com antecedência de 01 (um) dia útil da data do efetivo pagamento, por meio de sistema de transmissão via web disponibilizado pela CONTRATADA, com retorno imediato de recibo de entrega informando a quantidade total de registros e o valor total do crédito bancário, autenticado pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA CONTRATADA;

5.15. A CONTRATADA realizará os testes necessários à validação dos arquivos recebidos e informará a CONTRATANTE a existência de eventuais inconsistências dos créditos, por meio de relatório, no 1º dia útil após a sua recepção;



5.16. No caso de haver alguma inconsistência, a CONTRATANTE emitirá arquivo retificado contendo o crédito dos servidores/funcionários em data posterior para a CONTRATADA, na forma do item 5.14;

5.17. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA CONTRATADA disponibilizará, quando solicitada, em até 03 (três) dias úteis, após o pagamento, arquivo mensal de retorno, em meio digital, que permita a confirmação dos créditos pela CONTRATANTE, com relação aos valores pagos aos servidores/funcionários

5.18. Depois de recebidos os dados, a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA deverá providenciar a pré-abertura da conta-salário em uma agência sua, preferencialmente no Município Arraial do Cabo/RJ ou em um local previamente autorizado pela CONTRATANTE.

5.19. O crédito das remunerações, doravante denominados salários, será feito segundo a sistemática de contas-salário, que serão abertas em nome de cada servidor, conforme regulamentação do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

5.19.1. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA CONTRATADA deve assegurar, sem quaisquer ônus aos beneficiários, a faculdade de transferência dos créditos, mediante manifestação formal dos interessados, para a conta de depósito de sua titularidade, aberta em outras instituições financeiras, de livre escolha, garantindo, também, a disponibilidade dos créditos aos titulares, no mesmo dia do calendário de pagamentos estabelecido pela CONTRATANTE, nos moldes estabelecidos na legislação aplicada pelo o Banco Central do Brasil, ou seja, será assegurado aos beneficiários o direito de transferir os valores depositados em contas salários para outra Instituição Bancária da qual os mesmos sejam titulares, sem custos.

5.19.2. Os servidores poderão optar pela abertura e manutenção de conta de depósitos à vista ou de poupança junto a CONTRATANTE, com definição de pacotes padronizados de serviços ou restrição a serviços essenciais.

5.20. A CONTRATADA deverá fornecer cartões magnéticos para realização de saques e pagamentos a partir das contas-salário, as quais poderão ser movimentadas para todos os fins admitidos pelas normas regulamentares, inclusive transferências e liquidação de contas, faturas ou quaisquer outros documentos representativos de dívidas.

5.21. O eventual desconto de prestações de operações de crédito diretamente na conta-salário somente será admitido se o servidor autorizar, prévia e formalmente, a sua realização. No caso da transferência automática para a conta de depósitos indicada pelo beneficiário (portabilidade), a transferência deverá ser realizada pelo valor líquido, após o desconto do valor da prestação da operação de crédito.

5.22. A CONTRATADA deverá assegurar ampla divulgação dos valores cobrados por seus serviços, inclusive no que se refere aos pacotes padronizados e anuidades de cartões de crédito, e



informar prévia e diretamente aos servidores quando ocorrerem mudanças em suas políticas de isenção ou de redução dessas tarifas.

5.23. Não pode haver cobrança sobre os serviços essenciais prestados a pessoas físicas sem a autorização expressa do consumidor, conforme Resolução BACEN 3919/2010, devendo ser fornecido um pacote de serviço essencial que atenda a necessidade do servidor de forma gratuita;

5.23.1. Além dos serviços essenciais, também não poderá ser cobrada tarifa por liquidação antecipada em operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro pactuadas com pessoas físicas.

5.24. A realização de saques em terminais de autoatendimento em intervalo de até 30 (trinta) minutos deverá ser considerada como um único evento.

5.25. Demais condições dos serviços contratados, proceder conforme legislação pertinente, ou pormenorizadas no Anexo I – Memória Técnica Descritiva dos Serviços.

5.26. A CONTRATANTE abrirá suas contas-correntes necessárias na INSTITUIÇÃO FINANCEIRA contratada em agência previamente escolhida e preferencialmente situada no município de Arraial do Cabo/RJ, para a realização dos serviços de pagamento de servidores/funcionários;

5.27. Qualquer alteração acerca da agência deverá ser comunicada a CONTRATANTE, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de responsabilização por perdas e danos decorrentes desta omissão.

5.28. A CONTRATANTE se compromete a orientar seus fornecedores que indiquem ou abram conta corrente na instituição CONTRATADA para que os pagamentos possam ser realizados através desta conta corrente na INSTITUIÇÃO FINANCEIRA CONTRATADA;

#### **5.29. DA CAPILARIDADE**

5.29.1. Tendo em vista a extensão territorial do Município de Arraial do Cabo/RJ, a qualidade e a democratização da prestação de serviços de atendimento aos servidores, será exigida da CONTRATADA uma rede de atendimento com pelo menos:

5.29.1.1. 01 (uma) agência bancária da CONTRATADA dentro do território do Município de Arraial do Cabo/ RJ;

5.29.1.2. 01 (um) Posto de Atendimento Bancário (PAB) com autoatendimento (ATM), em cada distrito do Município de Arraial do Cabo/RJ, com o intuito de melhor atender democraticamente as necessidades dos servidores;

5.29.2. À CONTRATADA será disponibilizado o prazo de até 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de assinatura do contrato, para providenciar e/ou instalar a rede de atendimento conforme estabelecido neste Termo de Referência;



5.29.2.1. A dilação de prazo para cumprimento do item poderá vir a ser solicitada pela CONTRATADA mediante justificativa motivada e documentada; ficando a concessão da dilação do prazo a cargo da análise e aprovação da CONTRATANTE;

5.29.3. Caso seja necessário espaço para instalação PAB's com ATM em imóveis da Prefeitura de Arraial do Cabo/RJ, a CONTRATADA terá o direito a pleitear junto à CONTRATANTE;

5.29.4. A Prefeitura de Arraial do Cabo/RJ poderá realizar a outorga de uso de espaços públicos, observando as diretrizes da Lei orgânica do Município;

5.29.4.1. A CONTRATADA terá exclusividade na utilização de espaço público para instalações de áreas voltadas a serviços financeiros, sendo vedado ao Município franquear a instalação, nas suas dependências, de posto de atendimento bancário a instituição diversa da CONTRATADA.

5.29.4.2. As áreas, se disponibilizadas, contendo infraestruturas elétrica e lógica, serão entregues nas condições em que se encontram, facultando a execução de adequações em função dos requisitos de trabalho, da tecnologia e do layout adotados pela CONTRATADA, ou para simples revitalização das áreas, cabendo a CONTRATADA arcar com todas os custos necessários à implantação das adequações pretendidas, e devendo o apresentar previamente, para análise da CONTRATANTE, todos os projetos de adequação das áreas;

5.29.4.3. Se na utilização de espaço de origem pública, este deverá funcionar em consonância às datas e aos horários de funcionamento delimitados pelo Município de Arraial do Cabo/RJ;

5.29.4.4. A CONTRATADA ao se utilizar de espaço público que lhe for outorgado ficará responsável em entregá-lo nas mesmas condições que o receber;

5.29.4.5. A CONTRATADA assumirá todos os custos diretos e indiretos com a instalação, manutenção, conservação e vigilância, bem como outras despesas operacionais, advindas de funcionamento, inclusive pagamento de energia elétrica e de água e esgoto.

5.29.5. A CONTRATADA deverá empregar todos os materiais, equipamentos, ferramentas, acessórios, instalações e mão de obra qualificada necessários à total e perfeita execução do objeto deste contrato;

5.29.6. A CONTRATADA deverá equipar-se eficientemente, provendo às suas expensas todo o equipamento necessário para o exercício de suas atividades;

5.29.7. Deverá manter toda a área, equipamentos e instalações que a compõem, em perfeitas condições de uso e limpeza, durante toda a vigência do prazo contratual.



5.29.8. A CONTRATADA comprometer-se-á a manter, nas suas agências, PAB's e demais serviços, equipe treinada e habilitada para lidar com as operações, indicando ao menos um responsável local por cada agência e/ou posto de serviço e um gestor para esses sistemas com poderes idôneos de direção e supervisão a disposição do Município, para fins de contato e comunicação;

### **5.30. DO RECEBIMENTO**

5.30.1. O recebimento do objeto será realizado de acordo com o art. 140, I, a, da Lei Federal nº 14.133/2021, nos seguintes termos:

5.30.1.1. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, em até 15 (quinze) dias após notificação do contratado, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

5.30.1.2. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após período de testes ou uso, em até 30 (trinta) dias do recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

5.30.2. O recebimento será formalizado pela equipe técnica responsável, conforme Órgãos demandantes, devidamente assinado pelo fiscal do contrato, ou outra pessoa designada pelo setor competente.

5.30.3. A entrega do objeto pela CONTRATADA e seu recebimento não implicam sua aceitação definitiva, que será caracterizada pela atestação;

5.30.4. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato, ou com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

5.30.5. A CONTRATADA fica isenta de responsabilidade, inclusive perante terceiros, por erro, omissão ou inexatidão cometido pela CONTRATANTE, limitando-se a recebê-lo e processá-lo, conforme estabelecido neste Termo de Referência

5.30.6. Nos casos de recusa dos serviços que não atendam às especificações, a CONTRATADA terá que providenciar a sua substituição em até 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da comunicação escrita, feita por representante da equipe técnica, sob pena de ser considerada em atraso quanto à obrigação contratual.

## **6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura, que deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias úteis da homologação da licitação;



6.1.1. Na hipótese de ocorrer fato relevante, na forma prevista em lei, que implique no atraso do início da execução dos serviços, poderá ser ajustado o prazo constante, visando garantir o total de 60 (sessenta) meses de prestação dos serviços;

**6.2.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

**6.3.** A entrega e a execução dos serviços deverão ocorrer logo após a assinatura do contrato, conforme procedimentos e determinações da CONTRATANTE;

**6.4.** A CONTRATADA deverá notificar à CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na entrega e/ou durante execução do objeto;

**6.5.** A CONTRATADA deverá disponibilizar canal de contato junto aos seus representantes, e/ou preposto indicado, pelo tempo em que durar a vigência do contrato, seja através de número telefônico e/ou e-mail e/ou outro meio de comunicação, conforme acordado entre CONTRATADA e representante(s) da Administração indicado.

**6.6.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.7.** A CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.8.** A CONTRATADA deverá, durante a vigência do Contrato, manter todas as condições de habilitação exigidas neste Termo de Referência.

**6.9.** O gestor de contrato irá realizar o acompanhamento e a guarda do Registro de Ocorrências elaborado pelo fiscal de contrato e será responsável por comunicar a autoridade competente as irregularidades cometidas pela CONTRATADA, sugerindo, quando for o caso, a imposição de sanções contratuais e/ou administrativas.

**6.10.** O gestor de contrato é responsável por deflagrar os procedimentos de fiscalização ao adimplemento do objeto contratado;

**6.11.** O gestor de contrato será responsável pelo envio e recebimento de todas e quaisquer documentações pertinentes para procedimentos contratuais e de pagamento;



**6.12.** O gestor de contrato deverá resolver todo e qualquer casos singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo e tudo o mais que se relacione com o objeto de aquisição;

**6.13.** O contrato administrativo assinado entre a Prefeitura de Arraial do Cabo/RJ e a instituição financeira vencedora do certame contará com a anuência das instituições municipais da Administração Indireta participantes;

**6.14.** Nas hipóteses de situações extraordinárias e pontuais que possam vir a impactar na execução do contrato, de acordo com a condição exclusiva em pauta e aplicação da Resolução nº 3402 do CMN, as partes contratantes deverão avaliá-las previamente, sendo que sua implementação das soluções serão objeto de celebração de Termo Aditivo/Apostilamento entre as partes contratantes.

**6.15.** Na eventualidade de haver contradição entre as regras estabelecidas neste Termo de Referência e/ou no Termo de Contrato a ser firmado e na legislação específica vigente ou vindoura, deverá prevalecer estas últimas

#### **6.16. Da Subcontratação**

6.16.1. Não será admitida a subcontratação, sub-rogação, cessão ou transferência no todo, parcial ou em parte do objeto.

#### **6.17. Da Rescisão**

6.17.1. O Contrato poderá ser rescindido:

6.17.1.1. **Por ato unilateral e escrito da Administração**, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

6.17.1.2. **Consensual**, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse para a administração;

6.17.1.3. **Decisão arbitral**, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial

6.17.2. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidos a termo no respectivo processo.

6.17.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa nas seguintes situações:



- 6.17.3.1. não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- 6.17.3.2. desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- 6.17.3.3. alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- 6.17.3.4. decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contrato;
- 6.17.3.5. caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- 6.17.3.6. razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade CONTRATANTE;
- 6.17.3.7. não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos previstas em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
- 6.17.4. A CONTRATADA terá direito a extinção do contrato nas seguintes hipóteses:
- 6.17.4.1. supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei Federal 14.133/2021;
- 6.17.4.2. suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 03 (três) meses;
- 6.17.4.3. repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações outras previstas;
- 6.17.4.4. atraso superior a 02 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- 6.17.4.5. não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução da obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das



obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

6.17.5. Quando a extinção do contrato decorrer de culpa exclusiva da Administração, o CONTRATADO será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados quando houver sofrido e, terá direito: a devolução da garantia; a pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da extinção e o pagamento do custo da desmobilização, conforme parágrafo 2º do art.138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.17.6. A rescisão contratual com fundamento no art. 137 da Lei Federal 14.133/2021 será formalizada por meio do termo de rescisão contratual.

6.17.7. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

6.17.7.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.17.7.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

6.17.7.3. Indenizações e multas.

## **6.18. Da Garantia Contratual**

6.18.1. Não haverá exigências da garantia da contratação, art. 96 da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

6.18.1.1. Pois a ausência de garantias não implica em prejuízos;

6.18.1.2. Ademais, o acréscimo de garantias financeiras contratuais poderia inferir custos a mais a Contratada, implicando decréscimo na avaliação do valor dos ativos precificados neste.

## **6.19. Do Atendimento à LGPD**

6.19.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), e o Decreto Municipal nº 4.381 de 03 de junho de 2025, que “Institui a Política de Proteção de Dados Pessoais no âmbito do Município de Arraial do Cabo”, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou aceitação expressa.



6.19.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º da LGPD.

6.19.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

6.19.4. Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

6.19.5. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

6.19.6. Os bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

6.19.6.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

6.19.7. O contrato estará sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na formada LGPD.

## **6.20. Dos Casos Omissos**

6.20.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas estabelecidas na Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 4.483/2025 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

## **6.21. Das Alterações**

6.21.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133 de 2021.



## **7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

### **7.1. São obrigações da CONTRATANTE:**

7.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

7.1.6. Adotar as medidas necessárias à divulgação aos servidores/funcionários e fornecedores dos procedimentos a serem observados para a abertura de conta-salário/corrente na CONTRATADA;

7.1.7. Comunicar à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA CONTRATADA, assim que disponível a informação de afastamento e/ou morte de seus beneficiários;

7.1.8. Encaminhar à CONTRATADA após a assinatura do contrato, o calendário para pagamento dos servidores, inclusive o do 13º (décimo terceiro) salário;

7.1.9. Centralizar os recursos mensais da folha de pagamento de seus servidores ativos e inativos na instituição financeira CONTRATADA;

7.1.10. Repassar à CONTRATADA, o valor total da folha do mês para que se proceda ao depósito nas contas dos beneficiários;

7.1.11. Informar sempre que solicitado pela CONTRATADA, o saldo da margem consignável dos salários, por ocasião da solicitação de empréstimos;

7.1.12. Enviar mensalmente por meio eletrônico, com até 02 (dois) dias de antecedência da efetivação do crédito na conta dos servidores ativos, os relatórios com todos os dados que possibilitem a instituição financeira efetuar os créditos e as transferências nas contas indicadas;



7.1.13. Indicar a CONTRATADA e orientar seus fornecedores a ter ou indicar preferencialmente conta corrente na instituição CONTRATADA para que o Município possa realizar os pagamentos através da instituição financeira CONTRATADA;

7.1.14. Prestar todo o apoio necessário a CONTRATADA para que seja alcançado o objeto do termo em toda a sua extensão;

7.1.15. Regularizar, quaisquer inconsistências porventura indicadas pela CONTRATADA;

7.1.16. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

7.1.17. Manter atualizada junto à CONTRATADA as informações constantes dos dados cadastrais relativos ao pagamento de folha salarial;

7.1.18. Analisar, quando for o caso, os pedidos de utilizações e adaptações de espaços públicos municipais a serem utilizados pela CONTRATADA;

7.1.18.1. Tal análise será submetida a obediência das determinações estabelecidas/contidas ou que venham a ser estabelecidas/contidas na Lei Orgânica do Município de Arraial do Cabo/RJ;

**7.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**8.1.** A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, ou instrumento equivalente, assumindo como exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. Executar os serviços conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.

8.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto;

8.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte e no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;



8.1.4. Ressarcir os eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;

8.1.5. Participar imediatamente, por intermédio do Gestor do contrato, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que inviabilize a execução deste Instrumento;

8.1.6. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6.1. Apresentar, sempre que solicitado pelo gestor do contrato, no prazo concedido no pedido, documentação referente às condições exigidas na licitação;

8.1.7. Participar ao Gestor do Contrato, por escrito, no prazo de 05(cinco) dias úteis, quaisquer alterações ocorridas em seus dados cadastrais, durante o prazo de vigência do Contrato, apresentando a documentação pertinente;

8.1.8. Efetuar o pagamento de multa prevista neste Termo de Referência que lhe seja aplicada por descumprimento de obrigações assumidas.

8.1.9. Indicar preposto para representa-la durante a execução do contrato.

8.1.10. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

8.1.11. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

8.1.12. Os serviços ofertados deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle e fiscalização, bem como à legislação alusiva às Instituições Financeiras, incluindo-se a Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) no que for pertinente;

8.1.13. Ofertar aos servidores municipais uma cesta de serviços, isenta de cobrança, conforme legislação em vigor para contas-salário;

8.1.14. Garantir, manter e melhorar a qualidade dos serviços prestados de maneira competitiva no mercado;

8.1.15. Quando necessário, deverá realizar todas as adaptações de seus softwares, necessárias ao aprimoramento e perfeito funcionamento do sistema de pagamento;



8.1.16. Manter o histórico de pagamento do funcionalismo público municipal pelo período de vigência do contrato, fornecendo informações quando solicitadas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para os pagamentos realizados nos últimos 60 (sessenta) dias, e no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos para os pagamentos realizados em períodos superiores ao anteriormente referido. Findo o contrato e eventual prorrogação, os arquivos deverão ser fornecidos à CONTRATANTE, por solicitação da mesma;

8.1.17. Solicitar a anuência da CONTRATANTE em caso de implementação de alterações no sistema de pagamento utilizado, que impliquem modificações de procedimentos operacionais no relacionamento com a CONTRATANTE ou com seus servidores/funcionários;

8.1.18. Quando solicitada, deverá disponibilizar à CONTRATANTE, de forma on-line, o histórico dos 12 (doze) últimos pagamentos, referentes aos servidores/funcionários;

8.1.19. Na assinatura do contrato, indicar os responsáveis/gestores do sistema de pagamento que auxiliarão os técnicos da CONTRATANTE na operacionalização do pagamento;

8.1.20. Indicar, a agência centralizadora, para fins de cumprimento da ROTINA OPERACIONAL DO SISTEMA DE PAGAMENTO;

8.1.21. Havendo alteração da agência centralizadora indicada, o fato deverá ser comunicado a CONTRATANTE com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de responsabilizar a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA por perdas e danos decorrentes desta omissão;

8.1.22. Disponibilizar uma Central de Atendimento Telefônico para esclarecer dúvidas e resolver pendências bancárias dos servidores/funcionários no prazo de 15 (quinze) dias a contar da assinatura do contrato;

8.1.23. Comunicar a CONTRATANTE, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, o fechamento de qualquer de suas agências, bem como a abertura de novas agências, devendo observar a capilaridade exigida neste Termo de Referência e no Edital;

8.1.24. Abrir e manter, sem ônus para o servidor/funcionário, a usualmente denominada conta salário para os servidores ativos e inativos, da Prefeitura Municipal, efetuando a coleta de dados, documentos e assinaturas necessários, no local e horário de trabalho (dentro do horário de atendimento bancário), para efeito de recepção de depósito de salários, subsídios e valores dos créditos informados pela contratante em relatórios de folha de pagamento, sendo facultado, a critério do servidor, a conversão da conta salário em conta corrente;



8.1.25. A CONTRATADA deve assegurar a faculdade de transferência (PORTABILIDADE), com disponibilidade no mesmo dia, dos créditos para conta de depósitos de titularidade dos beneficiários, por eles livremente abertas;

8.1.26. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.27. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

## **9. DAS VEDAÇÕES À CONTRATADA**

### **9.1. São expressamente vedadas à CONTRATADA:**

9.1.1. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, durante a vigência do contrato;

9.1.2. A veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE;

9.1.3. À divulgação, por qualquer modo e a qualquer título, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, de qualquer dado ou informação acerca do cadastro funcional e/ou valores remuneratórios dos servidores/funcionários municipais;

9.1.4. A subcontratação de outra empresa para a execução total ou parcial do objeto do contrato, mesmo que seja sua controlada ou controladora;

9.1.5. Caucionar ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira;

9.1.6. Oferecer tratamento diferenciado entre os servidores da CONTRATANTE, com base em critérios como renda, movimentação financeira ou quaisquer outros, para fins de definição de agência que será responsável por suas contas;

9.1.7. Interromper a execução dos serviços, salvo nos casos previstos em lei.

## **10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 a CONTRATADA que:

10.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;



10.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para certame;

10.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

10.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

**10.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas prevista na Lei nº 14.133/2021 as seguintes sanções:

I. Advertência;

II. Multa;

III. Impedimento de Licitar e Contratar;

IV. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar.

**10.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

I. A natureza e a gravidade da infração cometida;

II. As peculiaridades do caso concreto;

III. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;



V. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme as normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. Sanção de **advertência** será aplicada exclusivamente quando a CONTRATADA dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar pena mais grave.

10.5. A sanção de **multa** será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, que deverá ser calculada na forma do edital ou do contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

10.6. Será aplicado a sanção de **impedimento de licitar e contratar** por até 03 (três) anos no ente federativo ao responsável que cometer as infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

10.7. Será aplicado a sanção de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** de 03 (três) até 06 (seis) anos em todos os entes federativos ao responsável que cometer as infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidades mais grave.

10.8. A sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

10.8.1. quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

10.8.2. quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no subitem 10.8.1, na forma do regulamento.

10.9. As sanções de advertência, impedimento e declaração de inidoneidade de licitar e contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

10.10. Em casos em que a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.11. A aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.



10.12. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.13. A aplicação das sanções de impedimento e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar requererá a instauração de processo de responsabilização, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.14. Os atos previstos como infrações administrativas na Nova Lei de Licitações ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

10.15. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

## **11. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

11.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.3. O fiscal de contrato ou equipe de fiscalização será formalmente designado(a) pela CONTRATANTE, sendo substituído, em caso de ausência ou impedimento, por outro servidor;

11.3.1. Cada unidade administrativa Direta e/ou Indireta (Autarquias) participante deste procedimento deverá indicar um representante através de Ato Administrativo;

11.4. O fiscal de contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.



11.5. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência

11.6. O fiscal do contrato é responsável de informar a seus superiores, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

11.7. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados diretamente à Administração ou terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.

11.8. A CONTRATADA será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem os vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

11.9. A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela gestão e fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

11.10. A fiscalização será responsável em aferir descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, fator que poderá gerar a aplicação das sanções administrativas, conforme previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, e/ou podendo ocasionar rescisão contratual;

11.11. A existência e a atuação da gestão e da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante o **órgão CONTRATANTE** ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará corresponsabilidade do **órgão CONTRATANTE** ou de seus prepostos, devendo, ainda, a contratada, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato ao **órgão CONTRATANTE** dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.

## **12. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, PAGAMENTO E REAJUSTE**

12.1. O PAGAMENTO será efetuado pela CONTRATADA em 02 (duas) parcelas iguais, sendo 50% (cinquenta por cento) em até 10 (dez) dias, após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município e os 50% (cinquenta por cento) restantes em até 10 (dez) dias após o 1º processamento da folha de pagamento.

12.2. Os pagamentos das parcelas serão feitos em conta corrente da Prefeitura aberta na instituição financeira CONTRATADA.



**12.3.** Deverá ser informado no ato da assinatura contratual o número da conta bancária na qual deverá ser feito o depósito relativo ao valor ofertado na licitação;

**12.4.** Em caso de atraso no pagamento, a CONTRATADA deverá pagar a CONTRATANTE a multa de 02% (dois por cento) incidente sobre o valor total da proposta, acrescida de atualização monetária e juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano, além de sujeitar-se às penalidades previstas;

**12.5.** No caso acima, o valor será atualizado pelo IPCA

**12.6.** Os juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano, *pro rata*, serão calculados e cobrados mediante a utilização da seguinte fórmula: **EM = I x N x V**

**12.6.1.** Onde:

- **EM** = encargos moratórios;
- **I** = índice de 0,000328767 correspondente à taxa anual de 12%:  $(12/100)/365$ ;
- **N** = número de dias entre a data fixada para pagamento e a data do efetivo pagamento;
- **V** = valor em atraso.

**12.7.** Em caso de não pagamento em até 30 (trinta dias) após data estabelecida, o contrato será rescindido unilateralmente, convocando os licitantes remanescentes, conforme ordem de classificação, a assumir o objeto da presente licitação;

**12.7.1.** A convocação para assinar o contrato, se dará em igual prazo e nas mesmas condições propostas ao licitante vencedor original do certame.

**12.8.** O recebimento do pagamento será aferido por meio de saldo na conta corrente da CONTRANTE, sendo a considerada data do pagamento o dia em que constar a entrada do saldo em conta;

**12.9.** A CONTRATADA responsável não fará jus à remuneração direta oriunda dos cofres públicos municipais, pela prestação dos serviços objeto deste Termo à CONTRATANTE e por quaisquer prestações de serviços bancários correlatos como, por exemplo, emissão de extratos diários, informação de saldos a qualquer momento e por qualquer meio, e fornecimento de relatórios

**12.10.** A CONTRATADA deverá, caso se faça necessário proceder, sem ônus para a CONTRATANTE, todas as adaptações de seus softwares necessários ao aprimoramento e perfeito funcionamento da execução dos serviços e do Sistema de Pagamento de Pessoal;



**12.11.** É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão CONTRATANTE, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

#### **12.12. Do Reajuste**

12.12.1. Deverá ser aplicado o Reajuste nos preços contratados a fim de promover a prorrogação da contratação por igual período, devendo para tanto ser aplicado o índice **IPCA** acumulado no período;

12.12.2. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente a quaisquer discrepâncias quanto ao reajustamento de preços do valor contratado, sempre que este ocorrer.

12.12.3. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.12.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.12.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

### **13. DA PESQUISA DE PREÇOS E VALOR ESTIMADO**

13.1. O valor estimado foi definido com base em análises de mercado, considerando o potencial econômico da base de servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como a média praticada em processos similares por instituições financeiras.

13.2. A precificação do ativo em questão tem por base estudos realizados pela Prefeitura de Arraial do Cabo/RJ, através do setor de Economicidade, da Secretaria de Compras, conforme determinado no Decreto Municipal 4.484/2025 e cuja metodologia utilizada encontra-se demonstrada no Relatório Supramencionado

13.3. Cumpre informar que **o valor estimado/ precificação do Ativo** para o lance inicial das licitantes interessadas no presente objeto foi de **R\$ 15.787.911,86 (quinze milhões, setecentos e oitenta e sete mil, novecentos e onze reais e oitenta e seis centavos)** conforme cálculo elaborado no Relatório supramencionado, e que:

13.3.1. O valor mínimo **sugerido** de intervalo entre lances é o correspondente a aproximadamente 01% (um por cento) deste valor,



13.3.2. Não deverão ser aceitas as propostas que estejam inferiores ao valor estabelecido como mínimo aceitável, ressalvada se realizada nova pesquisa de mercado com captação de orçamentos pelo órgão competente.

## 14. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. Devido à excepcionalidade da contratação em tela e considerando que não haverá despesa, mas a oportunização de captação de recursos com a venda do ativo descrito no objeto, e, portanto, torna-se desnecessária a informação de dotação orçamentária no presente momento.

## 15. DA FORMA E DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

### 15.1. Do Quadro de Identificação dos Critérios de Seleção

FORMAS DE CONTRATAÇÃO	( X ) Licitação	( ) Direta	( ) Inexigibilidade
TIPO	(X) Maior Lance	( ) Maior Desconto	( ) Melhor Técnica
REGIME DE EXECUÇÃO	( ) Preço Unitário	( X ) Preço Global	( ) Empreitada
ADJUDICAÇÃO DO OBJETO	( X ) Global	( ) Por Lote	( ) Por Item

### 15.2. Dos documentos de habilitação

15.2.1. Para fins de habilitação, deverá ser comprovado os seguintes requisitos, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos Arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021:

#### 15.2.2. De Habilitação Jurídica

15.2.2.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

15.2.2.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

15.2.2.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



15.2.2.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

15.2.2.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

15.2.2.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

15.2.2.7. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

15.2.2.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 15.2.3. **De Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

15.2.3.1. Prova da inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, mediante a juntada de pesquisa realizada junto ao Tribunal de Contas da União, ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e do Estado onde tiver sede o particular;

15.2.3.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

15.2.3.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria



Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

15.2.3.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

15.2.3.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de “Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo”, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

15.2.3.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

15.2.3.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

15.2.3.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **15.2.4. Da Qualificação Econômico-financeira**

15.2.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

15.2.4.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, sendo considerado:

- a. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);



b. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos;

c. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.

15.2.4.3. Para comprovação de boa situação financeira da empresa, conforme Art. 69 da Lei nº 14.133/2021, será exigido declaração para demonstração do **índice de Basileia/ índice de Adequação de Capital (IB)**, sendo este a relação entre o Patrimônio de Referência (**PR**) e o valor dos Ativos Ponderados pelo Risco - *Risk-Weighted Assets (RWA)*, **comprovando o alcance de no mínimo 11% (onze por cento)**, devendo a ser calculado conformes regras Vigentes do Banco Central - Resolução BACEN nº 4958/2021, Resolução CMN nº 4.958/2021 e nº 5.049/2022, e Resolução BCB nº 229/2022 e 395/2024 e demais aplicáveis ao caso em comento;

- **$IB = PR/RWA \times 100$**

- Onde: Índice de Basileia (**IB**); Patrimônio de Referência (**PR**); Ativos Ponderados pelo Risco - *Risk-Weighted Assets (RWA)*

15.2.4.4. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### 15.2.5. **Da Qualificação Técnica:**

15.2.5.1. Apresentar autorização do Banco Central – BACEN para funcionamento como instituição financeira;

15.2.5.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos documentos e atestados apresentados.

#### 15.2.6. **Das Declarações:**

15.2.6.1. Declaração de que suas agências, PAB'S e seus caixas eletrônicos possuem toda a infraestrutura necessárias ao perfeito cumprimento do objeto do contrato, ao funcionamento e inclusive quanto à mão-de-obra especializada, equipamentos, segurança e tecnologia;



15.2.6.2. Declaração expressa de que a licitante não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, assinada por sócio, diretor ou procurador que tenha poderes para tal investidura;

15.2.6.3. Declaração que o contratado deverá cumprir a reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou aprendiz, nos moldes do art.116 da Lei Federal 14.133/2021;

15.2.6.4. Declaração de enquadramento de microempresa, empresa de pequeno porte, **se for o caso**;

15.2.6.5. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

15.2.6.6. Declaração de Atendimento pleno a todos os requisitos de habilitação.

### **15.3. Justificativa de adjudicação GLOBAL**

15.3.1. Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que devam ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

15.3.2. **A divisão do objeto em itens não se apresenta técnica e operacionalmente viável**, já que se trata de operações bancárias correlatas e conjuntas a um determinado procedimento demonstrando que a fragmentação em itens separadamente prejudicaria, a execução, ademais, é notório o fato de que ao se utilizar uma pluralidade de fornecedores, aumenta-se a incidência de erros e insegurança quanto a dados, e para o perfeito cumprimento do objeto pretendido, é fator fundamental da solução o objetivo de centralização dos serviços de instituição financeira, bem como não seria interessante pois poderia impactar negativamente na precificação e valorização do ativo;

15.3.3. Outrossim, a concentração da contratação de forma global apresenta-se como melhor solução para esse objeto, vez que consolida o fornecimento em um fornecedor, e em um só serviço, gerando não só mais eficiência na gestão contratual, como celeridade no gerenciamento sobre os procedimentos de solicitação, controle, fiscalização e execução do objeto almejado.



#### **15.4. Justificativa para exceção da NÃO reserva de Cota para ME/EPP**

15.4.1. A reserva de cotas, apesar de amparada pela Lei Complementar nº 123/2006, não é absoluta, conforme expressa o inciso I do artigo 48:

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública poderá realizar processo licitatório: I – destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

15.4.2. No dispositivo legal citado evidencia-se a palavra “poderá” e não “deverá” comprar exclusivamente através de ME/EPP, sendo facultada à Administração prover outra forma de aquisição desde que motivada e com amparo legal.

15.4.3. Destarte, a fixação das cotas reservadas poderá ser justificadamente excepcionada nas hipóteses do [art. 49, da Lei Complementar 123/2006](#), quando:

15.4.3.1. Não houver o mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

15.4.3.2. O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

15.4.3.3. A licitação for dispensável ou inexigível, nos termos do arts. 74 e 75 da lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do 75 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso II do art. 59.

15.4.4. Considera-se “não vantajosa a contratação” quando:

15.4.4.1. Resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência; ou

15.4.4.2. A natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação do benefício.

15.4.5. Assim, justifica-se a não realização DE COTAS RESERVADAS no presente certame, qual seja, para Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte pelo fato de que, **a divisão por cota dos itens estimados acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) pode representar prejuízos ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.**

15.4.6. Segundo o Estudo Técnico Preliminar, que ensejou este Termo de Referência, não consta a divisão dos itens por cota, por se tratar de um objeto em que a separação do mesmo item



acarretaria prejuízos para administração pública, uma vez que, a execução dos serviços possui correlação e a subdivisão dela não é tecnicamente viável.

15.4.7. Nesta ótica, a divisão do item em cota reservada desencadearia onerosidade com procedimentos, retrabalhos e frustração da execução, pois com efeito, se a administração pública reservar a cota para o objeto em tela, dividindo-o, ocasionaria riscos em ver frustrado o certame ou serem considerados fracassados;

15.4.8. Além disso, no art. 10 do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, é claro ao salientar que não se aplica o disposto no art. 6º ao art. 8º quando não houver um mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas e empresas de pequeno porte, sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório (art. 48, inc. III, da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. Já no art. 49, no inciso II e III, da Lei Complementar 123/2006, prevê a possibilidade de justificativa a fundamentar a não realização de licitação com tratamento diferenciado.

15.4.9. Embora a Lei Complementar 123/2006 vise ampliar a participação das ME/EPP nas licitações, a mesma não sobrepõe essa ampliação acima do interesse público de vantajosidade, e/ou da economicidade. Dessa forma, é importante sopesar princípios pertinentes ao presente certame como o da competitividade, da economicidade, da eficiência, buscando-se a “proposta mais vantajosa para a administração”.

15.4.10. Por fim, cumpre lembrar que o artigo 5º do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, não desampara as ME/EPP, contemplando o critério de desempate ficto, oportunizando equilíbrio na disputa com as demais empresas;

15.4.11. Finalmente, sendo certo que há elevado quantitativo de empresas brasileiras que se encontram aptas ao pleno atendimento do objeto e sabendo-se que os itens agrupados possuem a mesma natureza, o formato global e, conseqüente, não desmembramento em subitens mostra-se mais vantajoso para a Administração.

**15.5. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.**

## **16. DO FORO E DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **16.1. Do Foro**

16.1.1. Para dirimir quaisquer decorrentes da presente contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro do Comarca do Município de Arraial do Cabo/RJ.



## 16.2. Das Disposições Gerais

16.2.1. À contratação relativa ao presente Termo de Referência aplicam-se ainda as seguintes disposições:

16.2.1.1. A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no [art. 138, §2º da Lei nº 14.133/2021](#);

16.2.1.2. As partes ficam vinculadas aos termos deste Termo de Referência, seus eventuais anexos e à proposta da CONTRATADA;

16.2.1.3. A CONTRATADA deve manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

## 17. DO CONTROLE DE ELABORAÇÃO E REVISÃO

Setor Solicitante	Função	Matrícula	Rubrica
Petterson Rezende Cardoso	Auxiliar Administrativo	33123	
Elaborador(a) do Termo de Referência	Função	Matrícula	Rubrica
Laureane Dornelles Medeiros	Auxiliar Administrativo	68262	
Revisor(a) Técnico Secretaria de Finanças e Orçamento	Função	Matrícula	Rubrica
Caique de Andrade Pimentel	Auxiliar Administrativo	33132	
Revisor(a) Técnico IPC	Função	Matrícula	Rubrica
Ana Paula Ramos Franco	Diretora Administrativa Financeira	1384	
Revisor(a) Técnico FIPAC	Função	Matrícula	Rubrica
Endy Ramos Cardoso	Diretora de Gestão de Pessoal	2025089	
Revisor(a) Técnico IDAC	Função	Matrícula	Rubrica
Márcia Angélica Baptista de Oliveira	Diretora de Recursos Humanos	757/21	

## 18. DA APROVAÇÃO

15. APROVO o presente Termo de Referência e AUTORIZO a licitação do objeto requisitado, pois descreve de maneira adequada o planejamento da contratação, permitindo a avaliação de custos e demandas, critérios de aceitação do objeto, deveres do Contratado e da Administração, procedimentos de fiscalização e gerenciamento, prazos e locais de entrega e a possibilidade de sanções administrativas, de forma clara, concisa e objetiva, assim como constituir o



seu objeto uma demanda deste órgão e dada a legalidade do processo, conforme legislação vigente, bem como por ter cumprido os princípios da Administração Pública.

Secretária de Administração	Matrícula	Rubrica
Carolina Fraser Lima de Oliveira	66223	

## 19. DOS ANEXOS

**ANEXO I** – MEMÓRIA TÉCNICA DESCRITIVA DOS SERVIÇOS;

**ANEXO II** – MEMÓRIA DE CÁLCULO CONSOLIDADA DAS FOLHAS DE PAGAMENTO DO MUNICÍPIO DE ARRAIAL DO CABO;

**ANEXO III** – MEMÓRIA DE CÁLCULO DE DADOS FINANCEIROS.

**Arraial do Cabo/RJ, 13 de janeiro de 2025.**



# ANEXO I

## MEMÓRIA TÉCNICA DESCRITIVA DOS SERVIÇOS

## MEMÓRIA TÉCNICA DESCRITIVA DOS SERVIÇOS

### INTRODUÇÃO

Este documento contém as especificações e descrições técnicas necessárias à operação dos serviços a serem delegados pelo Município, para o processamento, em caráter exclusivo, dos créditos das folhas de pagamentos. Os créditos a que se referem abrangem: os pagamentos de subsídios, vencimentos, gratificações e demais verbas remuneratórias e indenizatórias, devidas a membros e servidores, registrados em contracheque, constantes da folhas salariais líquidas, já descontados o imposto de renda pessoa física, as contribuições previdenciárias, os repasses assistenciais e quaisquer outros que legalmente devam ser descontados em folha; os repasses a consignatários de pensão alimentícia judicial; os repasses de valores às entidades consignatárias.

É necessário que a contratação de instituição financeira que desempenhe de forma eficiente atividades bancárias, incluindo arrecadação, a realização de transações financeiras e pagamentos, otimizando o desempenho de suas rotinas financeiras e ferramentas tecnológicas, implantando eficiência e eficácia nas operações financeiras de pagamento.

### 1. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, AUTORIZADA PELO BANCO CENTRAL, PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE:

De forma exclusiva, dos serviços referentes à centralização, ao processamento e ao gerenciamento dos créditos provenientes da folha de pagamento salarial dos servidores e funcionários Efetivos, Contratados, Comissionados, Inativos, Aposentados e Pensionistas dos órgãos da administração direta e indireta (autarquias) do Município de Arraial do Cabo/RJ;

Para operar sem exclusividade em caráter preferencial, os serviços de arrecadação, cobrança bancária, demais serviços bancários, movimentação financeira e pagamento de credores e fornecedores;

E possibilitar, sem exclusividade, os serviços de concessão de Crédito Consignado aos servidores. A instituição financeira contratada estará habilitada a conceder crédito consignado aos servidores da administração direta e indireta enquanto perdurar a vigência contratual.



O prazo de prestação dos serviços e de vigência do contrato será de 60 (sessenta) meses, conforme dispõe a Lei Federal 14.133/2021, e Ofício de Autorização de Início dos Serviços, a ser emitido pela Secretaria Municipal de Administração

Os serviços objeto são caracterizados como comuns e contínuos, decorrente(s) de necessidades permanentes ou prolongadas para manutenção da atividade administrativa do órgão, portanto, em função da aproximação do encerramento dos prazos dos atuais contratos, a Prefeitura de Arraial do Cabo/RJ tem a necessidade do processo de contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários nos mais diversos aspectos, incluindo o pagamento da folha dos servidores ativos e inativos da administração direta, com a utilização do sistema informatizado da própria instituição financeira, aplicação e investimento dos recursos financeiros nos fundos específicos e regulamentados, atuação como banco interveniente no convênio de cooperação técnica e material para a prestação jurisdicional nos processos de execução da dívida ativa e para o recebimento de custas e taxas devidas nos processos judiciais.

O objetivo da concentração deverá ser centralizar em uma única Instituição Financeira, por razões de conveniência administrativa e oportunidade, o pagamento dos servidores municipais atuais, e os que porventura vierem a pertencer ao quadro de servidores do Município, obedecendo às disposições a serem inclusas no Termo de Referência, no futuro Edital de Licitação e no Instrumento de Contrato.

O objeto do contrato, com instituição financeira deverá abranger não só a realização da folha de pagamento dos servidores municipais ativos e inativos, mas também possibilitar através dessa contratação realizar demais procedimentos bancários como o pagamento aos fornecedores da Administração Direta e Indireta, recebimento de arrecadações, bem como, a guarda e gestão bancária de recursos próprios, sem exclusividade. O Banco a ser contratado não fará jus a qualquer remuneração à conta de recursos públicos pela prestação, dos serviços objeto deste ou quaisquer serviços bancários correlatos, como, por exemplo, emissão de extratos diários, informação de saldos a qualquer momento e por qualquer meio, e fornecimento de relatórios.

Para a contratação desse tipo de objeto, há a compreensão do mesmo como um ativo valioso, e, portanto, pretende-se que a licitação na modalidade pregão, seja do tipo maior lance, para obtenção de recursos impactando positivamente o orçamento municipal.

## **2. NORMATIVAS PERTINENTES**

Os serviços ofertados deverão atender às exigências de qualidade, regras e padrões oriundos dos competentes órgãos de controle e fiscalização, bem como às normas alusivas às instituições financeiras, deverão estar em estrita obediência a Constituição Federal, a todas as normas



pertencentes ao Sistema Financeiro Nacional, em especial, as normas contidas nas Resoluções nº 4.958/2021 do Conselho Monetário Nacional e nº 284/2023 do BCB e suas posteriores alterações. Outras exigências constantes deste Edital, também deverão ser observadas em acordo com normatizações e legislações como:

- Lei Federal nº 14.133/2021, que trata das normas gerais sobre licitações e contratos administrativos;
- Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor)
- Lei Federal nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (**LGPD**);
- Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;
- Resolução CMN nº 5057/2022, que dispõe sobre a portabilidade de operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro;
- Resolução CMN nº 5058/2022, que dispõe sobre a prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias e similares pelas instituições financeiras;
- Resolução BCB nº 284/2023, que dispõe sobre os procedimentos necessários à execução da portabilidade salarial de que trata a Resolução CMN nº 5.058/2022;
- Regulamentações vigentes e presentes do BACEN (Banco Central do Brasil).

### **3. ABRANGÊNCIA DO SISTEMA DE PAGAMENTO DE PESSOAL**

O Município, através da Secretaria de Administração, e dos setores de Recursos Humanos de suas Autarquias, processa os pagamentos de seu pessoal por intermédio do Sistema de RH, e manterá na instituição financeira vencedora do presente certame, doravante denominada BANCO, contas bancárias transitórias para o funcionamento do Sistema de Pagamento de Pessoal, abrangendo o seguinte público alvo:

- **MEMBROS ATIVOS** – são todos os conselheiros, conselheiros-substitutos e procuradores com vínculo funcional e em atividade no Município.
- **SERVIDORES ATIVOS** – são todas as pessoas com vínculo funcional e em atividade no Município.
- **PENSIONISTAS DE ALIMENTOS** – são as pessoas que recebem repasse consignado de um alimentante que recebe pela folha de pagamento do Município.



Doravante, os integrantes destes subitens anteriores, serão considerados MEMBROS E SERVIDORES.

CONSIGNATÁRIA – instituições credenciadas e/ou habilitadas a oferecer produtos mediante desconto em folha de pagamento dos SERVIDORES.

#### **4. PERIODICIDADE DO PAGAMENTO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO**

O pagamento dos MEMBROS e SERVIDORES, será realizado de acordo com calendário definido pelo Município.

#### **5. MODALIDADES DE PAGAMENTO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO**

O Sistema de Pagamento de Pessoal do Município será movimentado através das modalidades seguintes a serem executadas pelo BANCO, sem que isso implique em aumento de despesas para o Município:

- DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE.
- DEPÓSITO EM OUTRA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, em caso de determinação judicial, repasses a CONSIGNATÁRIAS, ou inexistência de agência do banco no domicílio dos membros e servidores, entre outros casos legalmente previstos.
- PAGAMENTO A NÃO CORRENTISTA DO BANCO, a ser realizado excepcionalmente para crédito de valores residuais de vínculo já encerrado com o Município ou quando não houver tempo hábil de formalizar a abertura da conta corrente de MEMBROS ou SERVIDORES contratados pelo Município.

#### **6. CONTAS CORRENTES VINCULADAS AO SISTEMA DE PAGAMENTO DE PESSOAL**

O Município manterá em Agência da CONTRATANTE, conforme condições estabelecidas no termo de referência, contas correntes transitórias, que servirão exclusivamente para o crédito do montante líquido, com antecedência mínima de 01 (um) dia útil da data prevista para o pagamento dos MEMBROS E SERVIDORES.

A CONTRATANTE objetiva abrir suas contas-correntes necessárias na INSTITUIÇÃO FINANCEIRA contratada em agência previamente escolhida e preferencialmente situada no município de Arraial do Cabo/RJ, para a realização dos serviços de pagamento de servidores/funcionários;

Qualquer alteração acerca da agência deverá ser comunicada a CONTRATANTE, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de responsabilização por perdas e danos decorrentes desta omissão.



A CONTRATANTE se compromete a orientar seus fornecedores que indiquem ou abram conta corrente na instituição CONTRATADA para que os pagamentos possam ser realizados através desta conta corrente na INSTITUIÇÃO FINANCEIRA CONTRATADA;

O BANCO deverá estar preparado para atender ao cronograma de pagamento do pessoal do Município, considerando a totalidade dos MEMBROS E SERVIDORES.

O BANCO disponibilizará para o Município a opção de bloqueio de créditos até um dia antes da efetivação do crédito em conta corrente de MEMBROS E SERVIDORES.

Os créditos bloqueados referentes a pagamentos nas modalidades DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE e PAGAMENTO A NÃO CORRENTISTA DO BANCO permanecerão na conta transitória até a data da solicitação de sua liberação para crédito em conta especificada pelo Município, que deverá ocorrer em até 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação.

O bloqueio e o desbloqueio serão realizados mediante transmissão de arquivo eletrônico de dados pelo Município ao BANCO.

## **7. BASE DE DADOS PARA PAGAMENTO DE PESSOAL**

Para implantação e manutenção do pagamento dos membros e servidores, o Município remeterá ao banco arquivo de dados em meio eletrônico, com leiaute no padrão FEBRABAN, 240 posições, contendo informações necessárias à operacionalização da folha.

## **8. PROCEDIMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO INICIAL DO SISTEMA DE PAGAMENTO**

Deverão ser efetuados os preparativos para a implantação do Sistema para Pagamentos das folhas de Recursos Humanos contratados em até **30 (trinta)** dias posteriores da data da assinatura do termo contratual;

- O prazo estabelecido pode ser prorrogável por igual período mediante justificativa devidamente motivada, cabendo a CONTRATANTE a análise e aceitação dos fatos que o motivem;
- No caso de culpa exclusiva da CONTRATANTE que impeça o início dos serviços pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA será admitida a prorrogação do prazo fixado;
- Caso o Sistema para Pagamento a ser implantado pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA CONTRATADA não seja efetivado no prazo estabelecido, a instituição financeira CONTRATADA procederá o pagamento das folhas de pagamento com depósitos nas contas atuais dos membros e servidores, sem ônus para a CONTRATANTE nem para os servidores.

O Município enviará ao BANCO arquivo eletrônico de dados cadastrais para abertura das CONTAS CORRENTES, em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, contendo as informações previstas na Resolução CMN nº 4.753/2019.



O BANCO deverá enviar ao Município, em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do contrato, arquivo eletrônico de dados contendo informações sobre códigos e descrições de suas agências em todo o território nacional.

O BANCO retornará ao Município em até 10 (dez) dias úteis, antes do primeiro pagamento, arquivo eletrônico de dados contendo informações da conta corrente dos MEMBROS E SERVIDORES e demais informações cadastrais capturadas quando da realização inicial da abertura das contas.

O Município enviará outros arquivos eletrônicos de dados correspondentes aos créditos dos pagamentos, que serão enviados ao BANCO em até 02 (dois) dias úteis da data prevista para a realização do primeiro pagamento.

O BANCO realizará os testes preliminares necessários à validação dos arquivos recebidos e retornará ao Município um arquivo eletrônico de dados analíticos contendo o status de cada linha de pagamento, além da natureza de eventuais críticas, até o 2º (segundo) dia útil após a sua recepção.

Havendo alguma inconsistência nos arquivos recebidos que impossibilite o processamento e pagamento dos MEMBROS E SERVIDORES, estes deverão ser imediatamente encaminhados ao Município, para que sejam adotadas as providências necessárias à sua correção. O Município enviará o arquivo retificado contendo o crédito dos MEMBROS E SERVIDORES, até 01 (um) dia útil antes da data prevista para o pagamento.

O BANCO deverá informar aos membros e servidores os procedimentos necessários para a formalização da abertura das contas correntes e recebimento do cartão magnético.

O BANCO deverá disponibilizar infraestrutura que possibilite o cadastramento inicial e a abertura de conta corrente de todos os MEMBROS E SERVIDORES com o menor impacto de deslocamento para estes e sem ônus para o Município, podendo, para tanto, utilizar as dependências do Município.

O BANCO deverá realizar cruzamento dos CPFs informados pelo Município com os de seus correntistas para verificação daqueles cujos servidores já sejam seu correntista, situação em que será facultada aos membros e servidores a abertura de nova conta corrente.

## **9. ROTINA OPERACIONAL DO SISTEMA DE PAGAMENTO DE PESSOAL**

A CONTRATANTE adotará (através de sua equipe técnica) em conjunto com a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA CONTRATADA, providências no sentido de formalizar a abertura/manutenção de contas-salário, para a operacionalização do sistema de pagamento;

O processamento mensal do pagamento, em qualquer de suas modalidades, ocorrerá segundo a sistemática seguinte:



- O Município enviará arquivos eletrônicos de dados correspondentes aos créditos de pagamento dos MEMBROS E SERVIDORES, até 02 (dois) dias úteis da data prevista para o pagamento.
- Havendo alguma inconsistência nos arquivos recebidos que impossibilite o processamento e pagamento dos MEMBROS E SERVIDORES, estes deverão ser imediatamente encaminhados ao Município pelo BANCO, para que sejam adotadas as providências necessárias à sua correção. O Município enviará o arquivo retificado contendo o crédito dos MEMBROS E SERVIDORES, até 01 (um) dia útil antes da data prevista para o pagamento.
- O BANCO realizará os testes preliminares necessários à validação dos arquivos recebidos e retornará ao Município um arquivo eletrônico de dados analítico contendo o status de cada linha de pagamento, além da natureza de eventuais críticas.
- O arquivo de retorno do BANCO, de que trata o item anterior, obedecerá aos seguintes prazos:
  - Até 3 horas após a recepção, quando esta ocorrer até 18:00 horas
  - Caso a recepção ocorra após as 18:00 horas, o retorno deverá ocorrer até as 09:00 horas do 1º (primeiro) dia útil seguinte.
- Toda mudança de status nos pagamentos já agendados terá que ser enviado ao Município, através de arquivo de dados eletrônico, para que o mesmo possa manter controle sobre os pagamentos dos MEMBROS E SERVIDORES.
- Os bloqueios e desbloqueios de pagamento são de responsabilidade exclusiva do Município, devendo sua operacionalização ser efetuada por meio da troca de arquivos eletrônicos.
- O BANCO deverá disponibilizar rotina para atendimento de determinações judiciais, que possibilite pagamento a terceiros e depósitos em outras instituições bancárias, sem que isso implique em aumento de despesas para o Município.

O Município enviará arquivo eletrônico de dados contendo as informações dos contracheques dos MEMBROS E SERVIDORES para que sejam disponibilizados mensalmente na data de pagamento pelo BANCO nos seus terminais de autoatendimento e internet banking.

O procedimento para repasse de valores para as CONSIGNATÁRIAS obedecerá ao mesmo fluxo, mediante calendário estabelecido pelo Município para transmissão de arquivo de dados eletrônico específico.

A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA CONTRATADA disponibilizará, quando solicitada, em até 03 (três) dias úteis, após o pagamento, arquivo mensal de retorno, em meio digital, que permita a



confirmação dos créditos pela CONTRATANTE, com relação aos valores pagos aos servidores/funcionários.

## **10. TRANSMISSÃO ELETRÔNICA DE DADOS**

Os arquivos para pagamento serão transmitidos pelo Município, individualmente ou em lote, utilizando-se dos serviços de comunicação eletrônica de dados a ser disponibilizado pelo CONTRATADO.

Os arquivos serão criados e transmitido pelos Setores de Pagamento de Pessoal do Município, em formato txt, em layout no padrão da FEBRABAN.

A CONTRATANTE, após a assinatura do contrato, encaminhará a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, em meio digital, os dados dos servidores/funcionários, necessários à abertura das contas-salário no padrão da Resolução CMN nº 4.753/2019, cabendo a CONTRATADA responsabilizar-se em orientar e solicitar a obtenção das informações necessárias, inclusive as não previstas ou não repassadas, devendo solicitar e verificar qualquer desacordo ou não envio de dados solicitados

## **11. PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS DO DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE**

O Depósito em Conta Corrente de MEMBROS E SERVIDORES obedecerá ao mesmo procedimento adotado para uma conta corrente regular.

O crédito das remunerações, doravante denominados salários, será feito segundo a sistemática de contas-salário, que serão abertas em nome de cada servidor, conforme regulamentação do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, tendo como titular da conta corrente apenas os membros e servidores.

- A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA CONTRATADA deve assegurar, sem quaisquer ônus aos beneficiários, a faculdade de transferência dos créditos, mediante manifestação formal dos interessados, para a conta de depósito de sua titularidade, aberta em outras instituições financeiras, de livre escolha, garantindo, também, a disponibilidade dos créditos aos titulares, no mesmo dia do calendário de pagamentos estabelecido pela CONTRATANTE, nos moldes estabelecidos na legislação aplicada pelo o Banco Central do Brasil, ou seja, será assegurado aos beneficiários o direito de transferir os valores depositados em contas salários para outra Instituição Bancária da qual os mesmos sejam titulares, sem custos.
- Os servidores poderão optar pela abertura e manutenção de conta de depósitos à vista ou de poupança junto a CONTRATANTE, com definição de pacotes padronizados de serviços ou restrição a serviços essenciais.



Os membros e servidores que optarem por receber através da modalidade Depósito em Conta Corrente terão assegurados mensalmente, nos termos da Resolução 5.058 de 2022 do Conselho Monetário Nacional e nº 284 de 2023 do Banco Central do Brasil, a isenção de tarifas, taxas ou encargos de qualquer natureza para os seguintes serviços e produtos, sem prejuízo dos estabelecidos nos citados normativos:

- 05 (cinco) transferências mensais de crédito, totais ou parciais, de sua conta corrente para outras instituições, de sua ou de outra titularidade;
- Disponibilizar até 05 (cinco) impressões mensais do extrato de sua conta corrente nos terminais de autoatendimento;
- Consultas ilimitadas de saldo em conta corrente;
- 05 (cinco) saques mensais, totais ou parciais, dos créditos em sua conta;
- Fornecimento de cartão para movimentação eletrônica de conta corrente;
- Talonário de cheques para movimentação de créditos em sua conta corrente, com no mínimo dez folhas mensais.
- A contratada deverá assegurar, sem ônus para o Município, membros e servidores, com disponibilidade no mesmo dia, a transferência dos créditos para a conta de depósitos de titularidade destes, por eles livremente abertas em outras instituições financeiras, em conformidade com a Resolução CMN 5.058/2022.
- Não caberá qualquer tarifa ou remuneração referente às contas bancárias transitórias de que trata esse instrumento.
- A realização de saques em terminais de autoatendimento em intervalo de até 30 (trinta) minutos deverá ser considerada como um único evento.
- Eventuais contas mantidas pelos servidores ou pensionistas na instituição financeira contratada poderão ser utilizadas para crédito do salário.
- Com relação às tarifas bancárias pelos serviços adicionais eventualmente contratados pelo membro, servidor ou pensionista, deverá ser observado os valores máximos praticados por serviço conforme Banco Central do Brasil.

Portanto, a CONTRATADA fornecerá cartões magnéticos para realização de saques e pagamentos a partir das contas-salário, as quais poderão ser movimentadas para todos os fins



admitidos pelas normas regulamentares, inclusive transferências e liquidação de contas, faturas ou quaisquer outros documentos representativos de dívidas.

O eventual desconto de prestações de operações de crédito diretamente na conta-salário somente será admitido se o servidor autorizar, prévia e formalmente, a sua realização. No caso da transferência automática para a conta de depósitos indicada pelo beneficiário (portabilidade), a transferência deverá ser realizada pelo valor líquido, após o desconto do valor da prestação da operação de crédito.

A CONTRATADA deverá assegurar ampla divulgação dos valores cobrados por seus serviços, inclusive no que se refere aos pacotes padronizados e anuidades de cartões de crédito, e informar prévia e diretamente aos servidores quando ocorrerem mudanças em suas políticas de isenção ou de redução dessas tarifas.

Não pode haver cobrança sobre os serviços essenciais prestados a pessoas físicas sem a autorização expressa do consumidor, devendo ser fornecido um pacote de serviço essencial que atenda a necessidade do servidor de forma gratuita, além dos serviços essenciais, também não poderá ser cobrada tarifa por liquidação antecipada em operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro pactuadas com pessoas físicas.

## **12. RESPONSABILIDADE POR ERRO, OMISSÃO OU INEXATIDÃO DOS DADOS CONSIGNADOS NO ARQUIVO ELETRÔNICO DE DADOS**

O BANCO, na qualidade de prestador de serviços, fica isento de responsabilidades, inclusive perante terceiros, por erro, omissão ou inexatidão dos dados consignados no arquivo em meio eletrônico transmitido pelo Município, limitando-se a recebê-lo e a processá-lo conforme o estabelecido neste manual, salvo se, provocado por inconsistência no sistema do BANCO quando da recepção e processamento do arquivo.

No caso de ser comprovada a responsabilidade do BANCO, este deverá providenciar as devidas correções sem qualquer ônus para a CONTRATANTE e MEMBROS E SERVIDORES envolvido(s), indenizando todos os prejudicados, inclusive terceiros, na medida do prejuízo observado.

Os bloqueios e desbloqueios de pagamento **antes do repasse** às contas-salário dos servidores são de responsabilidade exclusiva da CONTRATANTE;

A CONTRATADA deverá realizar os testes necessários à validação de arquivos recebidos e informará a CONTRATANTE a existência de eventuais inconsistências dos créditos, por meio de relatório, no 1º dia útil após a sua recepção.

## **13. FLOAT**



O tempo de permanência dos recursos mantidos ou depositados na instituição financeira vencedora, *float*, será de D+1 de antecedência para o dia efetivo do pagamento a MEMBROS E SERVIDORES DAS FOLHAS DE PAGAMENTO INFORMADAS

#### **14. CAPILARIDADE**

Tendo em vista a extensão territorial do Município de Arraial do Cabo/RJ, a qualidade e a democratização da prestação de serviços de atendimento aos servidores, será exigida da CONTRATADA uma rede de atendimento com pelo menos:

- 01 (uma) agência bancária da CONTRATADA dentro do território do Município de Arraial do Cabo/ RJ;
- 01 (um) Posto de Atendimento Bancário (PAB) com autoatendimento (ATM), em cada distrito do Município de Arraial do Cabo/RJ, com o intuito de melhor atender democraticamente as necessidades dos servidores;

À CONTRATADA será disponibilizado o prazo de até 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de assinatura do contrato, para providenciar e/ou instalar a rede de atendimento conforme estabelecido no Termo de Referência, e a dilação de prazo para cumprimento poderá vir a ser solicitada pela CONTRATADA mediante justificativa motivada e documentada; ficando a concessão da dilação do prazo a cargo da análise e aprovação da CONTRATANTE;

Caso seja necessário espaço para instalação PAB's com ATM em imóveis da Prefeitura de Arraial do Cabo/RJ, a CONTRATADA terá o direito a pleitear junto à CONTRATANTE;

A Prefeitura de Arraial do Cabo/RJ poderá realizar a outorga de uso de espaços públicos, observando as diretrizes da Lei orgânica do Município;

- A CONTRATADA terá exclusividade na utilização de espaço público para instalações de áreas voltadas a serviços financeiros, sendo vedado ao Município franquear a instalação, nas suas dependências, de posto de atendimento bancário a instituição diversa da CONTRATADA.
- As áreas, se disponibilizadas, contendo infraestruturas elétrica e lógica, serão entregues nas condições em que se encontram, facultando a execução de adequações em função dos requisitos de trabalho, da tecnologia e do layout adotados pela CONTRATADA, ou para simples revitalização das áreas, cabendo a CONTRATADA arcar com todas os custos necessários à implantação das adequações pretendidas, e devendo o apresentar previamente, para análise da CONTRATANTE, todos os projetos de adequação das áreas;
- Se na utilização de espaço de origem pública, este deverá funcionar em consonância às datas e aos horários de funcionamento delimitados pelo Município de Arraial do Cabo/RJ;



- A CONTRATADA ao se utilizar de espaço público que lhe for outorgado ficará responsável em entregá-lo nas mesmas condições que o receber;
- A CONTRATADA assumirá todos os custos diretos e indiretos com a instalação, manutenção, conservação e vigilância, bem como outras despesas operacionais, advindas de funcionamento, inclusive pagamento de energia elétrica e de água e esgoto.

A CONTRATADA deverá empregar todos os materiais, equipamentos, ferramentas, acessórios, instalações e mão de obra qualificada necessários à total e perfeita execução do objeto deste contrato;

A CONTRATADA deverá equipar-se eficientemente, provendo às suas expensas todo o equipamento necessário para o exercício de suas atividades;

Deverá manter toda a área, equipamentos e instalações que a compõem, em perfeitas condições de uso e limpeza, durante toda a vigência do prazo contratual.

A CONTRATADA comprometer-se-á a manter, nas suas agências, PAB's e demais serviços, equipe treinada e habilitada para lidar com as operações, indicando ao menos um responsável local por cada agência e/ou posto de serviço e um gestor para esses sistemas com poderes idôneos de direção e supervisão à disposição do Município, para fins de contato e comunicação;

## **15. RECEBIMENTO**

O recebimento do objeto será realizado de acordo com o art. 140, I, a, da Lei Federal nº 14.133/2021, nos seguintes termos:

Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

O recebimento será formalizado pela equipe técnica responsável, conforme Órgãos demandantes, devidamente assinado pelo fiscal do contrato, ou outra pessoa designada pelo setor competente. A entrega do objeto pela CONTRATADA e seu recebimento não implicam sua aceitação definitiva, que será caracterizada pela atestação;

O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato, ou com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pela equipe técnica de fiscalização do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

A CONTRATADA fica isenta de responsabilidade, inclusive perante terceiros, por erro, omissão ou inexactidão cometido pela CONTRATANTE, limitando-se a recebê-lo e processá-lo, conforme estabelecido no Termo de Referência



Nos casos de recusa dos serviços que não atendam às especificações, a CONTRATADA terá que providenciar a sua substituição em até 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da comunicação escrita, feita por representante da equipe técnica, sob pena de ser considerada em atraso quanto à obrigação contratual.

## **16. OUTRAS OBRIGAÇÕES DO BANCO E DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES**

Na operação do Sistema de Pagamento, o BANCO cumprirá as seguintes obrigações adicionais:

- Instalar unidade gestora do contrato em nosso município indicando o gestor responsável para atendimento durante a vigência do contrato.
- Instalar e atender, conforme prazo estabelecido no Termo de referência, sob sua responsabilidade, os critérios de CAPILARIDADE;
- Proceder, sem ônus para a CONTRATANTE, quando necessário todas as adaptações de seus softwares necessárias ao aprimoramento e perfeito funcionamento do Sistema de Pagamento de Pessoal adotado pela contratante
- Solicitar anuência da CONTRATANTE em caso de implementação de alterações no Sistema de Pagamento utilizado pelo BANCO que impliquem em modificações de procedimentos operacionais no relacionamento com A ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA e/ou com seus membros e servidores.
- Manter o histórico dos pagamentos de pessoal pelo período de vigência do contrato, fornecendo informações quando solicitadas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para os pagamentos realizados nos últimos 60 (sessenta) dias e no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para os realizados em períodos superiores ao anteriormente referido. Findo o contrato, os arquivos deverão ser fornecidos em até 15 (quinze) dias úteis.
- Disponibilizar relatórios periódicos, analíticos e sintéticos, em arquivo de dados em meio eletrônico, contemplando, pagamentos efetuados, bloqueados, desbloqueados, por período, nome, CPF, agência, conta corrente e valor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, para os pagamentos realizados nos últimos 60 (sessenta) dias e no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, para os realizados em períodos superiores ao anteriormente referido.
- Garantir a abertura de conta corrente a todos os MEMBROS E SERVIDORES que recebam através desse Sistema de Pagamento.
- O BANCO devolverá ao CONTRATANTE os valores que tiverem sido creditados aos beneficiários, em data posterior ao óbito, e ainda não sacados, mediante a apresentação,



pela CONTRATANTE, da Certidão de Óbito emitida por cartório ou através de relatórios do SISOB.

- É vedado ao BANCO recusar a abertura de conta corrente em nome dos MEMBROS E SERVIDORES, ressalvadas as hipóteses previstas em Lei.
- Na hipótese de impedimento legal para abertura/movimentação de conta corrente em nome de algum servidor, a contratada deverá comunicar o fato à contratante e providenciar outra forma para efetivação do crédito dos pagamentos.
- Responsabilizar-se pela guarda e sigilo dos arquivos repassados pelo CONTRATANTE para o atendimento do objeto deste contrato.
- A INSTITUIÇÃO CONTRATADA se obriga a enviar ao Município os arquivos de retorno, no padrão Febraban, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, de todos os arquivos de folha de pagamento de pessoal enviados para processamento, confirmando a situação de cada um dos créditos.
- Para os servidores incluídos em folha e que não tenham conta corrente, o banco se obriga a proceder abertura de contas corrente ou de salário.
- Mediante notificação do Município, em caso de créditos indevidos a servidores ou pensionistas o banco contratado se obriga a efetuar a devolução ao Município, para conta indicada pelo mesmo.
- Fica assegurado ao Contratado a prerrogativa, durante toda a vigência do contrato e sem ônus adicional, de ser agente credenciado para oferecer aos membros e servidores empréstimos consignados em folha de pagamento, cujos procedimentos estão previstos em regulamento específico do MUNICÍPIO.
- A Instituição contratada deverá manter efetivo acompanhamento e supervisão dos trabalhos por intermédio de empregado exclusivo do seu quadro, de modo a prestar atendimento personalizado, em local com estrutura adequada para o respectivo atendimento, que deverá ter a anuência do contratante.

## **17. ELABORAÇÃO**



<b>EQUIPE TÉCNICA ELABORADORA</b>		
<b>Técnico RH SECREA</b>	<b>Matrícula</b>	<b>Rubrica</b>
Petterson Rezende Cardoso	33123	
<b>Técnico Sec. Finanças e Orçamento</b>	<b>Matrícula</b>	<b>Rubrica</b>
Caique de Andrade Pimentel	33132	
<b>Técnico IPC</b>	<b>Matrícula</b>	<b>Rubrica</b>
Ana Paula Ramos Franco	1384	
<b>Técnico IDAC</b>	<b>Matrícula</b>	<b>Rubrica</b>
Márcia Angélica Baptista de Oliveira	757/21	
<b>Revisor(a) Técnico FIPAC</b>	<b>Matrícula</b>	<b>Rubrica</b>
Endy Ramos Cardoso	2025089	

**Arraial do Cabo/RJ, 10 de julho de 2025.**



# ANEXO II

MEMÓRIA DE CÁLCULO CONSOLIDADA DAS FOLHAS DE  
PAGAMENTO DO MUNICÍPIO DE ARRÁIAL DO CABO

## MEMÓRIA DE CÁLCULO – CONSOLIDADA

FOLHAS DE PAGAMENTO DO MUNICÍPIO DE ARRÁIAL DO CABO/RJ

**TABELA I - PIRÂMIDE DE SERVIDORES ATIVOS POR FAIXA SALARIAL**

FAIXA SALARIAL SERVIDORES ATIVOS		
VALORES (R\$)	QUANTIDADE	VALORES TOTAIS (R\$)
ATÉ 1.518,00	1116	2.183.152,96
DE 1.518,00 A 2.000,00	1527	3.793.745,64
DE 2.000,01 A 3.000,00	1619	4.952.639,04
DE 3.000,01 A 4.000,00	896	3.676.988,58
DE 4.000,01 A 5.000,00	169	940.293,27
DE 5.000,01 A 6.000,00	73	544.548,79
DE 6.000,01 A 7.000,00	113	1.155.296,10
DE 7.000,01 A 8.000,00	12	145.459,96
DE 8.000,01 A 10.000,00	36	495.599,05
ACIMA DE 10.000,01	29	415.189,82
<b>TOTAL</b>	<b>5590</b>	<b>R\$ 18.302.913,21</b>

**TABELA II - PIRÂMIDE DE SERVIDORES ATIVOS POR VÍNCULO**

SERVIDORES ATIVOS POR VÍNCULO			
SERVIDORES	QUANTIDADE	FOLHA BRUTA (R\$)	FOLHA LÍQUIDA (R\$)
PREFEITO E VICE	2	32.000,00	14.138,81
PRESIDENTE E VICE	5	51.884,00	40.100,56
AGENTES POLÍTICOS	17	212.000,00	156.668,67
ELETIVOS (CONSELHO TUTELAR)	5	11.385,00	10.474,20
ESTATUTÁRIOS	1060	5.945.279,82	4.314.582,35
CONTRATADOS	3330	8.190.938,46	7.366.580,19
COMISSIONADOS	1171	3.859.425,93	3.377.616,20
<b>TOTAL</b>	<b>5590</b>	<b>R\$ 18.302.913,21</b>	<b>R\$ 15.280.160,98</b>



### TABELA III - PIRÂMIDE DE SERVIDORES INATIVOS

SERVIDORES INATIVOS		
SERVIDORES	QUANTIDADE	FOLHA BRUTA (R\$)
APOSENTADOS	391	2.048.888,91
PENSIONISTAS	60	162.083,80
<b>TOTAL</b>	<b>451</b>	<b>R\$ 2.210.972,21</b>

### TABELA IV - PIRÂMIDE DE CUSTO MÉDIO POR SERVIDORES

CUSTO MÉDIO POR SERVIDORES			
SERVIDORES	QUANTIDADE	FOLHA BRUTA (R\$)	MÉDIA GERAL (R\$)
ATIVOS	5590	18.302.913,21	3.274,22
INATIVOS	451	2.210.972,21	4.902,38
<b>TOTAL</b>	<b>6041</b>	<b>R\$ 20.513.885,42</b>	<b>R\$ 3.395,78</b>

**ARRAIAL DO CABO, 11 DE JULHO DE 2025**

ELABORADOR		
<b>Técnico RH SECREA</b>	<b>Matrícula</b>	<b>Rubrica</b>
Petterson Rezende Cardoso	33123	
<b>Técnico IPC</b>	<b>Matrícula</b>	<b>Rubrica</b>
Ana Paula Ramos Franco	1384	
<b>Técnico IDAC</b>	<b>Matrícula</b>	<b>Rubrica</b>
Márcia Angélica Baptista de Oliveira	757/21	
<b>Técnico FIPAC</b>	<b>Matrícula</b>	
Endy Ramos Cardoso	2025089	



# ANEXO III

## RELATÓRIO DE DADOS FINANCEIROS, ORÇAMENTÁRIOS E SOCIOECONÔMICOS

### **RELATÓRIO DADOS FINANCEIROS, ORÇAMENTÁRIOS E ECONÔMICOS**

#### **1. INTRODUÇÃO**

O presente documento buscará apresentar **dados e índices** que instrumentalizem a os parâmetros necessários para aferição, medição e avaliação dos ativos da do objeto do presente termo de referência ao qual este relatório se submete. E, destarte, fundamentar a análise, quantificação e a precificação conforme a realidade local socioeconômica e demográfica.

Tal oportunização de dados se deve à natureza específica do objeto “Venda da Folha de Pagamento”, cujo valor de negociação pode vir a variar em acordo com diversos aspectos o que impõe a necessidade de uma métrica adequada a fim de potencializar a participação das instituições financeiras na competição devido a um maior interesse de mercado.

#### **2. DOS INDICADORES MACROECONÔMICOS**

A fim de possibilitar a determinação do valor do presente ativo através da avaliação dos rendimentos a serem obtidos pela instituição financeira na contratação da administração/gerenciamento de folha de pagamentos da Prefeitura de Arraial do Cabo, faz-se necessário a delimitação e demonstração dos índices macroeconômicos que fundamentam tal tipo de análise.

Para esta apuração, apresentamos por meio deste uma composição analítica com base nos dados e índices fornecidos pelo Banco Central do Brasil (BCB) através do relatório Focus, relatório que resume as estatísticas calculadas considerando as expectativas de mercado coletadas e traz a evolução gráfica e o comportamento das projeções para índices de preços, atividade econômica, câmbio, taxa Selic, entre outros indicadores. Compete destacar que tais projeções são do mercado, não do BCB. E cumprem no caso em comento, o propósito de fundamentar uma análise econômica prévia em acordo com o período previsto a ser coberto pela vigência contratual.



Para fomentação e fundamentação da avaliação analítica segue os dados dos Indicadores Macroeconômicos esperados para período de vigência da contratação no tocante ao índice inflacionário e de rendimento estabelecidos para balizamento:

TABELA – Indicadores Macroeconômicos (2025-2029) <sup>5</sup>					
ANO	2025	2026	2027	2028	2029*
Inflação IPCA (% a.a.)	5,2	4,5	4,0	3,83	3,83
Taxa SELIC (% a.a.)	15	12,5	10,5	10	10

\* O relatório Focus apresenta as expectativas de Mercado para o ano corrente e os próximos 03(três) anos subsequentes, a fim de demonstrar o período de vigência, para o último ano fora reproduzido os dados do seu período antecessor.

### 3. DOS PARÂMETROS PARA OS INDICADORES DE FIDELIZAÇÃO

Dentre a valorização do ativo, está a compreensão de que a Instituição Financeira vencedora terá a oportunização de oferta do seu portfólio de produtos e serviços para todos os servidores, fornecedores, funcionários dos fornecedores e demais clientes, produtos como por exemplo, conta poupança, cheque especial, cartões de crédito, consórcios, seguros, empréstimos, financiamentos, chave PIX, etc.

Nessa toada, pressupõe-se que a fidelização, principalmente relativa aos servidores são balizadores fundamentais na aferição da rentabilidade resultante da contratação e, portanto, premissa importante para indicação do valor de mercado desta contratação do ativo

Convém o destaque de indicadores pertinentes para análises e posterior métricas em cálculos a serem realizados. Dessa forma, segue tabela demonstrativa dos seguintes parâmetros e de suas fontes de informação, alcançados conforme demonstrativos acostados ao fim deste relatório:

PREMISSAS FIDELIZAÇÃO DE SERVIDORES		
INDICADORES	Parâmetros	Fonte
Depósito Compulsório <sup>6</sup>	20%	BCB
Número Consolidado de Servidores (JUNHO/ 2025)	6.041	SECREA, IPC, FIPAC e IDAC
Taxa Média de cheque especial <sup>7</sup>	133,82 (%a.a.)	BCB
Taxa Média de Empréstimo Consignado Público <sup>8</sup>	31,18 (% a.a.)	BCB
Permanência para Pagamentos dos Servidores (Float)	D + 1	SEC. FAZENDA
Prêmio de Risco	2	SECREA/ SEC. FAZENDA

Realizada o demonstrativo destes dados e índices, compete trazer a lume os seguintes apontamentos quanto as características e forma para alcance dos indicadores:

<sup>5</sup> Fonte: URL: <https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20250704.pdf> , relatório de 27/06/2025.

<sup>6</sup> Fonte: URL: <https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/aliquotascompulsorios/historico-aliquotas-pt.pdf>

<sup>7</sup> Fonte: URL:

[https://www.bcb.gov.br/estatisticas/reporttxjuroshistorico?historicotaxajurosdiario\\_page=1&codigoSegmento=1&codigoModalidade=216101&tipoModalidade=D&InicioPeriodo=2025-06-20](https://www.bcb.gov.br/estatisticas/reporttxjuroshistorico?historicotaxajurosdiario_page=1&codigoSegmento=1&codigoModalidade=216101&tipoModalidade=D&InicioPeriodo=2025-06-20) , relatório correspondente ao período de 20/06 a 26/06/2025.

<sup>8</sup> Fonte: URL:

[https://www.bcb.gov.br/estatisticas/reporttxjuroshistorico?historicotaxajurosdiario\\_page=1&codigoSegmento=1&codigoModalidade=220101&tipoModalidade=D&InicioPeriodo=2025-06-20](https://www.bcb.gov.br/estatisticas/reporttxjuroshistorico?historicotaxajurosdiario_page=1&codigoSegmento=1&codigoModalidade=220101&tipoModalidade=D&InicioPeriodo=2025-06-20) , relatório correspondente ao período de 20/06 a 26/06/2025.



**Prêmio de Risco:** Tendo como base a compreensão de que o prêmio de risco é o retorno extra que um investidor recebe por assumir o risco de investir em um ativo, e sendo este uma forma de remuneração pelo risco adicional, e quanto maior o risco do investimento maior o prêmio, e partindo do pressuposto que o risco sobre um ativo público não é alto, informamos que o Prêmio de Risco foi estabelecido de forma discricionária, baseando-se nas afirmações expostas e na aferição nas contratações de outros órgãos que possibilitou aferir o prêmio de risco em torno de 02% (dois por cento), destarte, considerou-se de bom tom a manutenção do prêmio de risco utilizado em nossa última contratação.

**Taxas Médias de Cheque Especial e de Empréstimo Consignado:** Os índices correspondentes a estas taxas foram alcançados conforme dados coletados em relatórios atualizados disponibilizados no site do Banco Central. O índice utilizado foi o resultado sobre a média do total dos índices do relatório dividindo pela quantidade de instituições que os referenciam.

**Permanência para Pagamentos dos Servidores (*Float*):** Conforme demonstrado apontamento por estudo técnico que fundamentou a solução de tal contratação e da memória descritiva dos órgãos competentes para delineamento do objeto, foi apresentado a necessidade de um *Float* D+1 na prestação dos serviços, visto que faz-se necessária maior celeridade entre os procedimentos de pagamento da folha e a efetivação deste no recebimento do valor financeiro na conta do servidor, e conforme se trata de prática cada vez mais informatizada e período comumente utilizado para tal.

#### 4. DA AVALIAÇÃO ANALÍTICA PELO POTENCIAL DE GANHO EM SERVIÇOS INDIVIDUAIS

Em posse dos dados e índices apresentados torna-se possível a elaboração e produção de uma tabela de potencial de ganhos e de rendimento ao longo do período de vigência contratual em conformidade também aos dados das folhas de pagamento informadas na “Memória de Cálculo consolida das Folhas de Pagamentos do Município de Arraial do Cabo” referente ao mês de **junho de 2025**.

Conforme esta metodologia procura demonstrar a expectativa de rendimentos a serem obtidos pela instituição financeira na presente negociação de ativos, foi alcançada para os períodos previstos a seguinte tabela demonstrativa:

#### POTENCIAL VPL DA FOLHA DE PAGAMENTO MUNICÍPIO ARRÁIAL DO CABO - CONFORME DADOS FOLHAS E INDICES 06/2025

ANO	RECEITAS				RESULTADOS	TAXA DE DESCONTO		VPL	
	Empréstimos Consignados	Cheque Especial	<i>Float</i>	Tarifas	Soma das expectativas de receitas para o exercício	Selic Real	Selic + Prêmio	Selic Real	Selic Real + Prêmio
<b>2025</b>	R\$ 2.543.119,38	R\$ 543.690,00	R\$ 126.144,30	R\$ 724.920,00	R\$ 3.937.873,69	9,80%	11,80%	R\$ 3.551.962,06	R\$ 3.473.204,59



2026	R\$ 2.657.559,76	R\$ 568.156,05	R\$ 111.085,87	R\$ 757.541,40	R\$ 4.094.343,07	8,00%	10,00%	R\$ 3.766.795,63	R\$ 3.684.908,76
2027	R\$ 2.763.862,15	R\$ 590.882,29	R\$ 97.931,35	R\$ 787.843,06	R\$ 4.240.518,84	6,50%	8,50%	R\$ 3.964.885,11	R\$ 3.880.074,74
2028	R\$ 2.869.718,07	R\$ 613.513,08	R\$ 97.062,66	R\$ 818.017,45	R\$ 4.398.311,25	6,17%	8,17%	R\$ 4.126.935,45	R\$ 4.038.969,22
2029	R\$ 2.979.628,27	R\$ 637.010,63	R\$ 97.199,79	R\$ 849.347,51	R\$ 4.563.186,20	6,17%	8,17%	R\$ 4.281.637,61	R\$ 4.190.373,89
TOTAL	R\$ 13.813.887,62	R\$ 2.953.252,06	R\$ 529.423,96	R\$ 3.937.669,41	R\$ 21.234.233,05			R\$ 19.692.087,20	R\$ 19.267.531,20

A composição da tabela acima foi alcançada seguindo as seguintes diretrizes:

O valor referente a empréstimos consignados foi alcançado conforme percentual de taxa média de consignado público informado pelo BCB, (quadro de premissa) de 31,18% a.a. sobre o valor da folha bruta dos estatutários mais a folha bruta dos inativos informado na MC Consolidada das Folhas de Pagamento do mês de Junho, assim, para 2025, temos 31,18% de R\$ 8.156.252,03 = R\$ 2.543.119,38;

Conforme o *Float* é a receita gerada sobre o saldo mantido nas contas, o seu rendimento diário pode ser calculado dividindo-se a taxa anual por dias úteis, considerando como taxa de referência a expectativa anual da SELIC informada pelo relatório FOCUS demonstrada na tabela de índices Macroeconômicos, e considerando 252 o número médio de dias úteis em um ano no Brasil, o rendimento diário pôde ser estimado no exercício 2025 conforme a seguinte fórmula de cálculo:

**Rendimento Diário (RD)** =  $((1 + \text{taxa anual})^{(1/\text{dias úteis})}) - 1$ ; contudo, o cálculo para o **Rendimento Acumulado (RA)** =  $\text{Saldo Inicial} \times ((1 + \text{Rendimento Diário})^{\text{Número de dias de Float}}) - \text{Saldo Inicial}$ . O saldo inicial foi estabelecido com base ao valor informado na MC Consolidada das Folhas de Pagamento do total líquido dos ativos + total bruto dos inativos, e após o resultado acumulado no mês, multiplicou-se este pela quantidade de pagamentos de folhas ao longo do exercício (13) para alcance anual. Dessa forma o valor apresentado para *float*, de “D+1”.

A fim de demonstração e esclarecimento, segue a realização passo a passo do cálculo do *Float* para o exercício 2025 conforme fórmula estabelecida e descrita:

- RD** =  $((1 + 15\% \text{ taxa anual / previsão Selic 2025})^{(1/252 \text{ dias úteis})}) - 1$ ; **RD** = **0,000554765**, ou  $\cong 0,0005548$
- RP/PGTO** = R\$ 16.065.875,03 **Saldo Inicial** x  $((1 + 0,000554765 \text{ Rendimento Diário})^{01 \text{ dias de Float}})$  – ou seja, R\$ 17.491.033,19 (dezessete milhões, quatrocentos e noventa e um mil, trinta e três reais e dezenove centavos) como **Saldo Inicial**; resulta no **RP/PGTO = R\$ 9.703,41** (nove mil, setecentos e três reais e quarenta e um centavos);



- **RA = RP/PGTO X QTD PGTO FL; R\$ 9.703,41** (nove mil, setecentos e três reais e quarenta e um centavos) x 13 = **R\$ 126.144,30** (cento e vinte e seis mil, cento e quarenta e quatro reais e trinta centavos).

Assim, ao multiplicar-se o Rendimento acumulado e multiplicar pela quantidade de pagamentos de folha ao longo do exercício/ano (13 salários) alcança-se a expectativa de rendimentos pelo *Float* anual.

Compete também realizar a atualização do “saldo inicial” a cada exercício, ao utilizar essa base e atualizar pelo índice IPCA previsto pelo Relatório FOCUS ao exercício referente, de igual forma a taxa anual, que corresponde ao SELIC acompanhará também a sua referência no exercício em análise conforme o informado na tabela de índices macroeconômicos supramencionada.

Os valores referentes a cheque especial foram alcançados pela determinação de uma expectativa de gasto médio usualmente praticado em outras contratações similares, que seria da ordem de R\$ 10,00 (dez reais) por cliente-mês nas Tarifas de serviço, e para cheque especial foi igualmente estimando um valor médio de R\$ 10,00 (dez reais) por mês, entretanto sobre um universo de 75% (setenta e cinco por cento) dos funcionários, destarte, para este valor foi utilizado MC Consolidada das Folhas de Pagamento referente ao mês de **junho de 2025**, que informou um universo de 6.041(seis mil e quarenta e um) servidores.

Portanto, a expectativa anual de receita com tarifas = (nº serv. 6.041 x R\$10) x12 meses; e a expectativa anual de receita com cheque especial = (75% do nº serv. 4.530,75 x R\$10) x12 meses;

Os valores foram sendo atualizados nos exercícios seguintes conforme as expectativas dos índices macroeconômicos destes exercícios, com os valores da receita sendo atualizados pelo índice IPCA.

Portanto, depreende-se do quadro anterior a expectativa que as instituições financeiras podem obter com os ganhos potenciais de 2025 a 2029, com a fidelização de nossos servidores municipais.

## **5. Perfil do Município de Arraial do Cabo/RJ**

Fundada há 39 anos, elevado à categoria de município com a denominação de Arraial do Cabo, pela Lei Estadual n.º 839, de 13/05/1985, desmembrado de Cabo Frio. Sede no antigo distrito de Arraial do Cabo, e constituído do distrito sede, foi instalado em 01/ 01/ 1986. Sendo, uma cidade pertencente a Região dos Lagos, no interior do Estado do Rio de Janeiro.

Hoje, o município de Arraial do Cabo compreende os distritos de: Monte Alto, Figueira, Parque das Garças, Sabiá, Pernambuco, Novo Arraial e Caiçara, possuindo 30.986 habitantes no último censo<sup>9</sup> e estimativa atual de 32.794 pessoas<sup>10</sup>, nos últimos anos demonstrando ascensão econômica

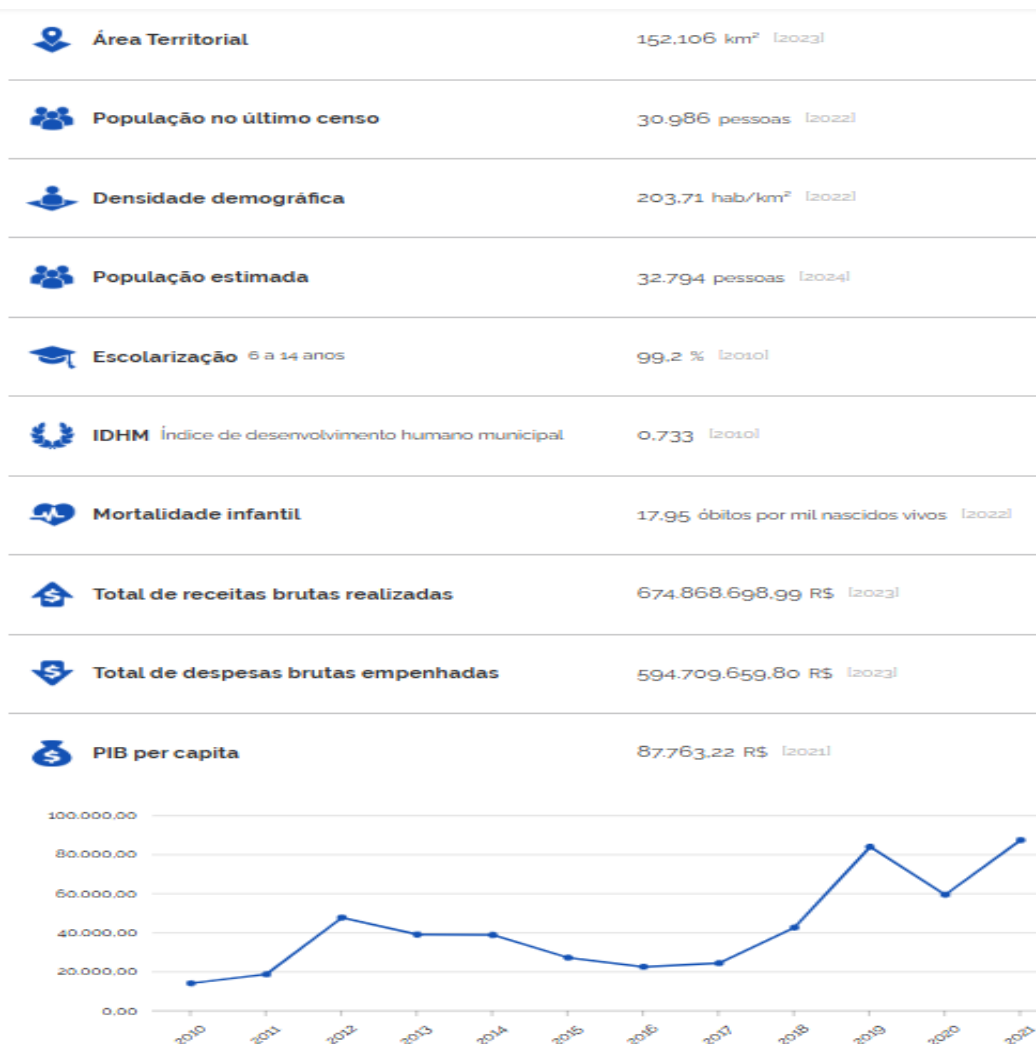
<sup>9</sup> ESTUDOS Socioeconômicos dos municípios do Estado do Rio de Janeiro: Arraial do Cabo. Rio de Janeiro: TCE-RJ, 2008.

<sup>10</sup> <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/arraial-do-cabo/panorama>



de seus municípios conforme gráfico de PIB per capita segundo dados IBGE 2023. O Município possui como base de sua economia o turismo.

Segue os seguintes dados socioeconômicos do município conforme dados do IBGE<sup>11</sup>:



## 6. DOS DADOS FINANCEIROS PÚBLICOS

Conforme os dados informados pela Secretaria Municipal de Fazenda, Finanças e Orçamento, seguem os seguintes informativos:

A arrecadação de receitas do exercício de 2024 desta Prefeitura expressou o montante de R\$ 847.111.815,22 (oitocentos e quarenta e sete milhões, cento e onze mil, oitocentos e quinze reais e vinte e dois centavos), enquanto as despesas pagas atingiram R\$744.052.826,98 (setecentos e quarenta e quatro milhões, cinquenta e dois mil, oitocentos e vinte e seis reais e noventa e oito centavos).

<sup>11</sup> Fonte: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/arraial-do-cabo.html>



Segue abaixo quadro com algumas das principais receitas arrecadadas pelo município em 2024 discriminadas:

DADOS DE RECEITA ARRECADADA Exercício 2024	
IRRF	R\$ 17.945.772,26
IPTU	R\$ 13.073.735,27
MULTAS E JUROS	R\$ 148.061,26
DÍVIDA ATIVA - IPTU	R\$ 2.665.479,20
ISS	R\$ 13.084.277,34
TAXAS	R\$ 4.132.768,74
CIP	R\$ 9.616.509,67
ITBI	R\$ 6.161.344,86
FPM	R\$ 41.376.095,27
ROYALTIES	R\$ 557.944.898,53
FUNDEB	R\$ 2.760.236,05
ICMS	R\$ 77.589.394,59
IPVA	R\$ 4.727.302,78

O montante pago em 2024 referente às despesas com folha de pagamento alcançou o total de R\$ 274.212.785,07 (duzentos e setenta e quatro milhões, duzentos e doze mil, setecentos e oitenta e cinco reais e sete centavos).

Conforme a Lei Orçamentária Anual de 2025 (LOA), a previsão de arrecadação para o exercício atual é de R\$ 835.355.284,85 (oitocentos e trinta e cinco milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e oitenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos) e enquanto da despesa no mesmo valor. Mediante este valor, fora elaborada as seguintes estimativas para os próximos anos vinculados a expectativa do período da vigência da contratação almejada:

- **2026:** R\$ 977.601.344,38 (novecentos e setenta e sete milhões, seiscentos e um mil, trezentos e quarenta e quatro reais e trinta e oito centavos);
- **2027:** R\$ 1.021.397.884,61 (um bilhão, vinte e um milhões, trezentos e noventa e sete mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e sessenta e um centavos);
- **2028:** R\$ 1.062.253.799,99 (um bilhão, sessenta e dois milhões, duzentos e cinquenta e três mil, setecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos);
- **2029:** R\$ 1.068.523.774,48 (um bilhão, sessenta e oito milhões, quinhentos e vinte e três mil, setecentos e setenta e quatro reais e quarenta e oito centavos).

Segue abaixo quadro quanto a organização da previsão quanto à expectativa dos orçamentos para os anos 2025-2029 e a composição dos valores consolidados ao longo da expectativa do período da vigência da contratação almejada:



### EXPECTATIVA ORÇAMENTÁRIA DA PREFEITURA DE ARRÁIAL DO CABO (2025-2029)

EXERCÍCIO	2025	2026	2027	2028	2029
EXPECTATIVA ORÇAMENTÁRIA	R\$ 835.355.284,85	R\$ 977.601.344,38	R\$ 1.021.397.884,61	R\$ 1.062.253.799,99	R\$ 1.068.523.774,48
COMPOSIÇÃO AO LONGO DOS EXERCÍCIOS	R\$ 835.355.284,85	R\$ 1.812.956.629,23	R\$ 2.834.354.513,84	R\$ 3.896.608.313,83	R\$ 4.965.132.088,31

No tocante as Autarquias participantes, **IPC - Instituto de Previdência Cabista, IDAC - Instituto de Desenvolvimento de Arraial do Cabo e FIPAC – Fundação Instituto de pesca de Arraial do Cabo:**

O orçamento total do **Instituto de Previdência Cabista dos Servidores Públicos do Município de Arraial do Cabo (IPC)** para o exercício de 2024, atingiu R\$ 21.235.939,29, (vinte e um milhões, duzentos e trinta e cinco mil, novecentos e trinta e nove reais e vinte e nove centavos) sendo R\$12.690.677,12 referentes aos repasses do patronal e R\$ 8.545.262,17 referentes aos repasses do servidor.

O montante pago em 2024 referente às despesas com folha e pagamento é de R\$ 26.190.858,24 (vinte e seis milhões, cento e noventa mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e vinte e quatro centavos), sendo R\$ 24.281.405,70 (vinte e quatro milhões, duzentos e oitenta e um mil, quatrocentos e cinco reais e setenta centavos) de aposentados e R\$ 1.909.452,54 (um milhão, novecentos e nove mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos) de pensionistas.

A previsão quanto a expectativas dos orçamentos ao longo dos próximos 05 (cinco) anos (2025-2029) é de crescimento de 35% (trinta e cinco por cento).

E no tocante ao orçamento do **Instituto de Desenvolvimento de Arraial do Cabo (IDAC)** no exercício de 2024, atingiu R\$ 30.378.502,47 (trinta milhões, trezentos e setenta e oito mil, quinhentos e dois reais e quarenta e sete centavos).

A arrecadação de receita do Instituto alcançou o montante de R\$ 319.322,41 (trezentos e dezenove mil, trezentos e vinte e dois reais, e quarenta e um centavos). Cabendo esclarecer que o IDAC recebe transferência da Prefeitura de Arraial do Cabo para atender os programas do governo.

A execução efetiva (despesa executada) foi no valor de R\$ 21.096.995,45 (vinte e um milhões, noventa e seis mil, novecentos e noventa e cinco reais, e quarenta e cinco centavos). Tendo um total de 687 pagamentos para um total de 36 fornecedores

As expectativas de previsão dos orçamentos ao longo dos próximos 05 (cinco) anos (2025-2029) é de crescimento de 30% (trinta por cento).



Por fim, em relação ao orçamento do **Fundação Instituto de pesca de Arraial do Cabo (FIPAC)** referente ao exercício financeiro de 2024, encontra-se consolidado no orçamento do Município, conforme autorização da Lei Municipal nº 2.551, de 21 de dezembro de 2023, publicada na Edição nº 1013 – 197, tendo neste, um orçamento total previsto para o período de R\$ 6.861.390,36 (seis milhões, oitocentos e sessenta e um mil, trezentos e noventa reais e trinta e seis centavos).

A arrecadação de receitas no âmbito do Instituto totalizou R\$ 5.300.000,00 (cinco milhões e trezentos mil reais), sendo oportuno esclarecer que o Instituto também recebe transferências financeiras da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo para a execução de seus programas de governo.

A execução orçamentária efetiva (despesa liquidada) foi de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), correspondendo a pagamentos realizados a 20 fornecedores.

A expectativa para os próximos cinco exercícios financeiros (2025–2029) é de um incremento de 30% (trinta por cento) em relação aos valores atualmente registrados.

## 7. DAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS NO MUNICÍPIO

Conforme dados da FEBRABAN, o município na presente data conta com 04 (quatro) instituições somente, estabelecidas em seu território, a saber: Banco do Brasil S.A., Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A. e Banco Crefisa S.A.<sup>i</sup>

## CONCLUSÃO

Conforme exposto até o momento foi possível aferir diversos dados e índices econômicos, financeiros e orçamentários que trazem substância ao ativo e possibilitam a fundamentação de diversas metodologias de aferição e precificação deste ativo, bem como da base para análise de segurança e natureza desse determinado investimento.

Junto ao presente seguem os comprovantes, documentos e relatórios que fomentaram a produção do presente e pertinentes aos dados expostos.

Elaborador(a) Secretaria de Administração	Matrícula	Rubrica
Laureane Dornelles Medeiros	68262	
Revisor(a) Técnico Secretaria de Finanças e Orçamento	Matrícula	Rubrica
Caique de Andrade Pimentel	33132	



## **ANEXO II - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

### **1. HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei 14.133/2021)**

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual.
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na JuntaComercial, tratando-se de sociedade empresária.
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedadeempresária.
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se desociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício.
- e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedidos por órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**1.1. Os documentos acima deverão ser apresentados com todas as suas alterações, excluindo-se os casos de documentos expressamente consolidados.**

### **2. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei 14.133/2021)**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União.
- c) Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual.

#### **c.1) Obs.: não se aplica no caso de contratação de serviço.**

- d) Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Municipal, da sede ou do domicílio do licitante, relativa aos tributos mobiliários e incidentes sobre o objeto desta licitação;
- e) Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

### **3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei 14.133/2021)**

- a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- b) Na hipótese em que a certidão de recuperação judicial for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial em vigor, nos termos da Súmula 50 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica com data não superior a 180 (cento e oitenta) dias da apresentação das propostas.



- c) Para comprovação de boa situação financeira da empresa, conforme Art. 69 da Lei nº 14.133/2021, será exigido declaração para demonstração do **índice de Basileia/ índice de Adequação de Capital (IB)**, sendo este a relação entre o Patrimônio de Referência (**PR**) e o valor dos Ativos Ponderados pelo Risco - Risk-Weighted Assets (**RWA**), **comprovando o alcance de no mínimo 11% (onze por cento)**, devendo a ser calculado conformes regras Vigentes do Banco Central - Resolução BACEN nº 4958/2021, Resolução CMN nº 4.958/2021 e nº 5.049/2022, e Resolução BCB nº 229/2022 e 395/2024 e demais aplicáveis ao caso em comento;

$$IB = PR/RWA \times 100$$

Onde: Índice de Basileia (**IB**); Patrimônio de Referência (**PR**); Ativos Ponderados pelo Risco - Risk-Weighted Assets (**RWA**)

- d) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### **4. HABILITAÇÃO TÉCNICA (art. 67 da Lei 14.133/2021)**

- a) **Apresentar autorização do Banco Central – BACEN para funcionamento como instituição financeira.**

#### **5. OUTRAS COMPROVAÇÕES:**

Declaração subscrita pelo representante legal do licitante, conforme modelo Anexo I, elaborada em papel timbrado, atestando que:

- a) Atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021).
- b) Suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021).
- c) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021).
- d) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o



disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

e) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da

Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

f) Está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em [www.arraial.rj.gov.br](http://www.arraial.rj.gov.br).

g) No caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido.

h) Não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021.

i) Está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, bem como do Decreto Municipal nº 4.381/2025, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

j) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

k) O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

**Observação:** No caso de indisponibilidade dos documentos poderão ser apresentadas as respectivas publicações no Diário Oficial competente.



### **ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO**

A Empresa xxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxx, sediada na xxxxxxxx, por meio de seu representante legal abaixo identificado, DECLARA, sob as penas da Lei, que atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021) e declara ainda que:

1. Atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);
2. Suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);
3. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);
4. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
5. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
6. Está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em [www.arraial.rj.gov.br](http://www.arraial.rj.gov.br)
7. No caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
8. No caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 4º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;
9. Não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021.
10. está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis, a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.



11. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

12. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

13. Declaração de que suas agências, PAB'S e seus caixas eletrônicos possuem toda a infraestrutura necessária para o perfeito cumprimento do objeto do contrato, ao funcionamento e inclusive quanto à mão-de-obra especializada, equipamentos, segurança e tecnologia;

xxxxxxx. xxx de xxxxx de 2026

---

(Identificação e assinatura do representante legal da proponente)



**ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2026  
PROCESSO: 1836/2025

A empresa abaixo se propõe a executar o objeto deste edital, conforme discriminado no **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I**, pelos preços e condições assinalados na presente proposta.

Proponente: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

Telefone:(\_\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ CNPJ: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR
1	01	Serviço	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA,AUTORIZADA PELO BANCO CENTRAL, ATRAVÉS DE PREGÃO ELETRÔNICO, DO TIPO MAIOR LANCE GLOBAL PARA PRESTAÇÃO DE FORMA EXCLUSIVA, DOS SERVIÇOS REFERENTES À CENTRALIZAÇÃO, AO PROCESSAMENTO E AO GERENCIAMENTO DOS CRÉDITOS PROVENIENTES DA FOLHA DE PAGAMENTO SALARIAL DOS SERVIDORES E FUNCIONÁRIOS ATIVOS, INATIVOS,PENSIONISTAS E OUTROS BENEFICIARIOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA (AUTARQUIAS), DO MUNICIPIO DE ARRÁIAL DO CABO E DEMAIS SERVIÇOS BANCARIOS DE FORMA NÃO EXCLUSIVA PARA ATENDER AS DEMANDAS ORIUNDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E AUTARQUIAS DE ARRÁIAL DO CABO – RJ.	

1) Declaro que a proposta ofertada inclui todos os custos de mão de obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais, administração, trabalhistas, previdenciários, contribuições parafiscais e outros que venham a incidir sobre o objeto do Edital de **Pregão Eletrônico nº 0XX/2025**.

2) O prazo de validade desta proposta comercial é de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

**DADOS BANCÁRIOS: BANCO: CONTA CORRENTE:**

Arraial do Cabo, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

Assinatura do Representante Legal ou Preposto Constituído

---

ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO

(Processo Administrativo nºxxx/202x)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xxx/202x,  
QUE FAZEM ENTRE SI E A PREFEITURA DE  
ARRAIAL DO CABO, POR INTERMÉDIO DA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E A  
EMPRESA XXXXXX.

A PREFEITURA DE ARRAIAL DO CABO, por intermédio da Secretaria de Administração, com sede na Rua xxxxxxxxxxx, na cidade de Arraial do Cabo/RJ, inscrito no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxx, neste ato representado(a) pelo(a) xxxx, a Sra. xxx xxxxxxxxxxx, nomeado(a) pela Portaria nºxxxx, de xxx de xxxxx de 202x, publicada no DOU de xx de xxxxx. de xxxxx, portador da Matrícula Funcional nº xxxxx., doravante denominado CONTRATANTE, e a EMPRESA xxxxx, inscrita no CNPJ/MF sob o nº .xxxxx., sediado(a) na xxxxxxxx, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) pelo Sr. (a)xxxxx (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentadas nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº xxxx/202x e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº xxx/202x, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))**

O objeto do presente instrumento é a contratação de xxxxxxxxxxx, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Objeto da contratação:

<b>I T E M</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>VALOR UNITÁRIO</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
<b>1</b>				

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição: O Termo de Referência;  
O Edital da Licitação;  
A Proposta do contratado;  
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

O prazo de vigência da contratação é de xxxx (xxx) meses contados da data de divulgação no Portal Nacional de Administração Pública (PNCP), conforme condição indispensável para eficácia do contrato, observando os dispositivos do artigo 94 da Lei 14.133, de 2021.

O presente contrato poderá ser prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo ao Edital.

### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

O valor total da contratação é de R\$..... ( )

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a execução dos serviços contratados, contados da apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente atestada pelo órgão requisitante, conforme descrito no Termo de Referência, anexo ao edital.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados no prazo de 12 (doze) meses contado da data do orçamento estimado.

Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste será realizado por apostilamento, observado o que dispõe o Artigo 136 da Lei 14.133/2021

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

- a. São obrigações do Contratante: São obrigações da CONTRATANTE:
  - i. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
  - ii. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
  - iii. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
  - iv. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado;
  - v. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
  - vi. Adotar as medidas necessárias à divulgação aos servidores/funcionários e fornecedores dos procedimentos a serem observados para a abertura de conta-salário/corrente na CONTRATADA;
  - vii. Comunicar à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA CONTRATADA, assim que disponível a informação de afastamento e/ou morte de seus beneficiários;
  - viii. Encaminhar à CONTRATADA após a assinatura do contrato, o calendário para pagamento dos servidores, inclusive o do 13º (décimo terceiro) salário;
  - ix. Centralizar os recursos mensais da folha de pagamento de seus servidores ativos e inativos na instituição financeira CONTRATADA;
  - x. Repassar à CONTRATADA, o valor total da folha do mês para que se proceda ao depósito nas contas dos beneficiários;
  - xi. Informar sempre que solicitado pela CONTRATADA, o saldo da margem consignável dos salários, por ocasião da solicitação de empréstimos;
  - xii. Enviar mensalmente por meio eletrônico, com até 02 (dois) dias de antecedência da efetivação do crédito na conta dos servidores ativos, os relatórios com todos os dados que possibilitem a instituição financeira efetuar os créditos e as transferências nas contas indicadas;
  - xiii. Indicar a CONTRATADA e orientar seus fornecedores a ter ou indicar preferencialmente conta corrente na instituição CONTRATADA para que o Município possa realizar os pagamentos através da instituição financeira CONTRATADA;
  - xiv. Prestar todo o apoio necessário a CONTRATADA para que seja alcançado o objeto do termo em toda a sua extensão;
  - xv. Regularizar, quaisquer inconsistências porventura indicadas pela CONTRATADA;

- xvi. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- xvii. Manter atualizada junto à CONTRATADA as informações constantes dos dados cadastrais relativos ao pagamento de folha salarial;
- xviii. Analisar, quando for o caso, os pedidos de utilizações e adaptações de espaços públicos municipais a serem utilizados pela CONTRATADA;
1. Tal análise será submetida a obediência das determinações estabelecidas/contidas ou que venham a ser estabelecidas/contidas na Lei Orgânica do Município de Arraial do Cabo/RJ;
- b. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- c. **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)** A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, ou instrumento equivalente, assumindo como exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- i. Executar os serviços conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- ii. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto;
- iii. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte e no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- iv. Ressarcir os eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;
- v. Participar imediatamente, por intermédio do Gestor do contrato, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que inviabilize a execução deste Instrumento;
- vi. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
1. Apresentar, sempre que solicitado pelo gestor do contrato, no prazo concedido no pedido, documentação referente às condições exigidas na licitação;
- vii. Participar ao Gestor do Contrato, por escrito, no prazo de 05(cinco) dias úteis, quaisquer alterações ocorridas em seus dados cadastrais, durante o prazo de vigência do Contrato, apresentando a documentação pertinente;
- viii. Efetuar o pagamento de multa prevista neste Termo de Referência que lhe seja aplicada por descumprimento de obrigações assumidas.
- ix. Indicar preposto para representa-la durante a execução do contrato.
- x. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- xi. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- xii. Os serviços ofertados deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle e fiscalização, bem como à legislação alusiva às Instituições Financeiras, incluindo-se a Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) no que for pertinente;
- xiii. Ofertar aos servidores municipais uma cesta de serviços, isenta de cobrança, conforme legislação em vigor para contas-salário;
- xiv. Garantir, manter e melhorar a qualidade dos serviços prestados de maneira competitiva no mercado;

- xv. Quando necessário, deverá realizar todas as adaptações de seus softwares, necessárias ao aprimoramento e perfeito funcionamento do sistema de pagamento;
- xvi. Manter o histórico de pagamento do funcionalismo público municipal pelo período de vigência do contrato, fornecendo informações quando solicitadas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para os pagamentos realizados nos últimos 60 (sessenta) dias, e no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos para os pagamentos realizados em períodos superiores ao anteriormente referido. Findo o contrato e eventual prorrogação, os arquivos deverão ser fornecidos à CONTRATANTE, por solicitação da mesma;
- xvii. Solicitar a anuência da CONTRATANTE em caso de implementação de alterações no sistema de pagamento utilizado, que impliquem modificações de procedimentos operacionais no relacionamento com a CONTRATANTE ou com seus servidores/funcionários;
- xviii. Quando solicitada, deverá disponibilizar à CONTRATANTE, de forma on-line, o histórico dos 12 (doze) últimos pagamentos, referentes aos servidores/funcionários;
- xix. Na assinatura do contrato, indicar os responsáveis/gestores do sistema de pagamento que auxiliarão os técnicos da CONTRATANTE na operacionalização do pagamento;
- xx. Indicar, a agência centralizadora, para fins de cumprimento da ROTINA OPERACIONAL DO SISTEMA DE PAGAMENTO;
- xxi. Havendo alteração da agência centralizadora indicada, o fato deverá ser comunicado a CONTRATANTE com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de responsabilizar a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA por perdas e danos decorrentes desta omissão;
- xxii. Disponibilizar uma Central de Atendimento Telefônico para esclarecer dúvidas e resolver pendências bancárias dos servidores/funcionários no prazo de 15 (quinze) dias a contar da assinatura do contrato;
- xxiii. Comunicar a CONTRATANTE, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, o fechamento de qualquer de suas agências, bem como a abertura de novas agências, devendo observar a capilaridade exigida neste Termo de Referência e no Edital;
- xxiv. Abrir e manter, sem ônus para o servidor/funcionário, a usualmente denominada conta salário para os servidores ativos e inativos, da Prefeitura Municipal, efetuando a coleta de dados, documentos e assinaturas necessários, no local e horário de trabalho (dentro do horário de atendimento bancário), para efeito de recepção de depósito de salários, subsídios e valores dos créditos informados pela contratante em relatórios de folha de pagamento, sendo facultado, a critério do servidor, a conversão da conta salário em conta corrente;
- xxv. A CONTRATADA deve assegurar a faculdade de transferência (PORTABILIDADE), com disponibilidade no mesmo dia, dos créditos para conta de depósitos de titularidade dos beneficiários, por eles livremente abertas;
- xxvi. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- xxvii. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))**

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))**

. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 a CONTRATADA que:

xxviii. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

- xxix. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- xxx. Dar causa à inexecução total do contrato;
- xxxi. Deixar de entregar a documentação exigida para certame;
- xxxii. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- xxxiii. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- xxxiv. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- xxxv. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- xxxvi. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- xxxvii. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- xxxviii. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- xxxix. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

**10.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas prevista na Lei nº 14.133/2021 as seguintes sanções:

- V. Advertência;
- VI. Multa;
- VII. Impedimento de Licitar e Contratar;
- VIII. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar.

**10.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- VI. A natureza e a gravidade da infração cometida;

VII. As peculiaridades do caso concreto;

VIII. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IX. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

X. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme as normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. Sanção de **advertência** será aplicada exclusivamente quando a CONTRATADA dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar pena mais grave.

10.5. A sanção de **multa** será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, que deverá ser calculada na forma do edital ou do contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

10.6. Será aplicado a sanção de **impedimento de licitar e contratar** por até 03 (três) anos no ente federativo ao responsável que cometer as infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

10.7. Será aplicado a sanção de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** de 03 (três) até 06 (seis) anos em todos os entes federativos ao responsável que cometer as infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidades mais grave.

10.8. A sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

10.8.1. quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

10.8.2. quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela

Defensoria no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no subitem 10.8.1, na forma do regulamento.

10.9. As sanções de advertência, impedimento e declaração de inidoneidade de licitar e contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

10.10. Em casos em que a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.11. A aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.12. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.13. A aplicação das sanções de impedimento e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar requererá a instauração de processo de responsabilização, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.14. Os atos previstos como infrações administrativas na Nova Lei de Licitações ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

10.15. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))**

O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para

alteração subjetiva.

O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Indenizações e multas.

A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade:

Fonte de Recursos:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

Plano Interno:

Nota de Empenho:

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))**

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de

antecipação

de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês(art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art.7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO ([art. 92, §1º](#))**

Fica eleito o Foro da Comarca de Arraial do Cabo para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Arraial do Cabo, xx de xxxxxx de 2026.

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

### **TESTEMUNHAS**

1)

\_\_\_\_\_

2)

<sup>i</sup> Informações atualizadas em 09/04/2025 11:30:16 - Fonte: Bacen - <https://dadosabertos.bcb.gov.br/> (<https://dadosabertos.bcb.gov.br/>)